

ROBERTO CARDOSO PEDRO

O PRECONCEITO NO DISCURSO GAY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Júnia Diniz Focas

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

2006

**RESERVADO PARA A
FOLHA DE APROVAÇÃO**

A todos aqueles que sofrem qualquer tipo de preconceito.

AGRADECIMENTOS

Na vida somos todos aprendizes e mestres.

Deus, nosso verdadeiro Mestre, que a cada momento nos ensina, com imensurável amor.

Professora Doutora Júnia Diniz Focas, pelos ensinamentos teóricos, mas muito mais por ter me ensinado aprender.

Meus pais, meus primeiros e mais amados mestres.

Vó Honorina, pelo seu exemplo de determinação e pelo seu amor.

Tinana, minha eterna mestra e amiga.

Jana, que me apresentou a Análise do Discurso e comigo seguiu de mãos dadas, ajudando-me a trilhar meus caminhos de conhecimento e crescimento. Foi com ela que aprendi as “sem-razões” do amor.

Professor Doutor Hugo Mari, onipresente através de seus ensinamentos.

Xandy, meu irmão não de sangue, mas de alma, que me ensina o valor de uma amizade que transcende a vida física.

Tití, que dividiu minha vida em *antes e depois*, por ter me ensinado e continuar me ensinando, a cada dia, o que é o amor.

Meus amigos que, enquanto estive escrevendo minha dissertação, comigo estiveram, de perto, lembrando-me que não se constrói nada sozinho: Abel, Heuler, Sibebe, Tutuia, Dudu, Lili, Jéssica, Humba e Tit.

Meus amigos que, por algum motivo, estiveram mais distantes, ensinando-me que, às vezes, é preciso retroceder um pouco para poder avançar.

Meus alunos, razão maior deste trabalho, que me ensinam ensinar e me fazem amar essa arte.

Lobo, Fand, Gaia, Baco e Aslan, por me ensinarem que o amor não necessita de palavras e por me mostrarem que ser fiel é amar mais o outro que a si mesmo.

“O amor é essencial, o sexo, um acidente: pode ser igual ou pode ser diferente.”

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

RESUMO	8
RÉSUMÉ	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A HOMOSSEXUALIDADE E O PRECONCEITO	15
1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	15
1.2- PRECONCEITO, ESTEREÓTIPO E DISCRIMINAÇÃO	20
1.3- PROBLEMAS DE DESIGNAÇÃO	26
CAPÍTULO 2 – A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO GAY	31
2.1- O DISCURSO GAY	31
2.2- O AUDITÓRIO DO DISCURSO GAY	33
2.3- OS VALORES NO DISCURSO GAY	39
CAPÍTULO 3 – AS OUTRAS VOZES	43
3.1- O PRECONCEITO DA SOCIEDADE	52
3.2- O PRECONCEITO DAS INSTITUIÇÕES	55
3.3- O PRECONCEITO DO GAY CONTRA O PRÓPRIO GAY	59
3.4- O PRECONCEITO “DEFENSIVO”	64
3.5- O PRECONCEITO DOS HOMOFÓBICOS	66
CONCLUSÃO	68
BIBLIOGRAFIA	73
ANEXOS	76

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a existência ou não do preconceito, acerca da orientação sexual, no discurso gay. Como instrumento de análise, para a condução da pesquisa, tomamos como suporte: a teoria da argumentação de Chaïm Perelman, a teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot e a teoria dos agentes verificadores de verdade de Alain Berrendonner. Para tratar do problema específico da designação, buscamos suporte em Kanavillil Rjagoplan. Inicialmente, apresentamos um percurso histórico sobre a homossexualidade, de modo geral; com ênfase na história da mesma em nosso país. Em seguida, subsidiados pela Psicologia Social, explicamos os termos *preconceito*, *estereótipo* e *discriminação*. Discutimos, em seguida, como uma primeira forma de preconceito, o caso da designação. Posteriormente, definimos o que chamamos de *discurso gay*. Na análise propriamente dita do *corpus*, começamos identificando o auditório do discurso gay e, posteriormente, os valores que sustentam a argumentação nesse discurso. Ao identificarmos as vozes que se fazem ouvir no discurso gay, propomos uma associação entre os conceitos de *auditório* e *polifonia*. Por fim, analisamos a existência dos diversos tipos de preconceito que são veiculados através das vozes que se fazem ouvir no discurso gay.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif d'investiguer l'existence ou non de préjugé, en matière d'orientation sexuelle, dans le discours gay. Comme instrument d'analyse, pour la conduite de la recherche, nous prenons comme support : la théorie de l'argumentation de Chaim Perelman, la théorie polyphonique de l'énonciation d'Oswald Ducrot et la théorie des agents vérificateurs de vérité d'Alain Berrendonner. Pour traiter du problème spécifique de la désignation, nous nous appuyons sur Kanavillil Rjagoplan. Au départ, nous présentons un parcours historique sur l'homosexualité, de manière générale ; se focalisant sur l'histoire de celle-ci dans notre pays. Ensuite, s'appuyant sur la Psychologie Sociale, nous expliquons les termes *préjugé*, *stéréotype* et *discrimination*. Nous discutons ensuite, comme une première forme de préjugé, le cas de la désignation. Par la suite, nous définissons ce que nous appelons *discours gay*. Dans l'analyse proprement dite du *corpus*, nous commençons à identifier l'auditoire du discours gay et, après, les valeurs qui soutiennent l'argumentation dans ce discours. En identifiant les voix qui se font entendre dans le discours gay, nous proposons une association entre les concepts *d'auditoire* et *polyphonie*. Enfin, nous analysons l'existence des différents types de préjugés qui sont véhiculés par les voix qui se font entendre dans le discours gay.

INTRODUÇÃO

Entre todas as minorias, o grupo homossexual é, sem sombra de dúvida, um dos que mais sofre com o preconceito. Para ilustrar nossa afirmação, recorreremos aos números de uma pesquisa, historicamente contextualizada, realizada pelo IBOPE e veiculada pela revista *Veja*, de 12 de maio de 1993, na qual foram entrevistadas 2000 pessoas de todas as regiões do país e das mais diversas classes sociais.

Transcrevemos abaixo os dados estatísticos obtidos:

- 36% dos entrevistados deixariam de contratar um homossexual para um cargo em sua empresa, mesmo que ele fosse o mais qualificado;
- 45% dos entrevistados trocariam de médico se descobrissem que ele é gay;
- 61% dos entrevistados acreditam que os homossexuais são responsáveis pela disseminação da AIDS pelo mundo;
- 79% dos entrevistados ficariam tristes se tivessem um filho homossexual.

Contudo, tendo sido a pesquisa realizada há 12 anos, poderíamos questionar a validade dos dados, tendo em vista as mudanças sofridas por nossa sociedade nos últimos anos. Para discutirmos essa questão e analisarmos se houve mudança significativa na situação dos gays em nosso país, na última década, procuramos fazer um paralelo dos dados da pesquisa supracitada com a atual conjuntura da sociedade brasileira, recorrendo, para isso, ao Professor Doutor Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia e decano do movimento homossexual brasileiro, através de seu livro intitulado *Crônicas de um gay assumido*, publicado há dois anos:

Lastimavelmente, o amor entre pessoas do mesmo sexo permanece como o maior e mais estigmatizado tabu no mundo moderno, a ponto de levar 80% dos formadores de opinião no Brasil a condenarem a orientação sexual dos gays e lésbicas. Os homossexuais continuam sendo as principais vítimas do preconceito e discriminação em todos os segmentos sociais[...] Não há nenhum lugar, nenhuma

instituição que não discrimine gays, lésbicas e travestis. ‘Viado’ é o xingamento mais freqüente na boca dos brasileiros quando querem insultar um inimigo – e a epidemia de ódio contra homossexuais coloca nosso país na triste posição de líder mundial de crimes homofóbicos: a cada três dias os jornais divulgam que mais um gay, travesti ou lésbica foi barbaramente assassinado – no mais das vezes, crimes cometidos com requintes de crueldade. Menos de 10% destes crimes vão a julgamento. (MOTT, 2003, p. 197)

Por outro lado, segundo Rodrigues (2004), a intolerância da sociedade em relação aos gays, no século XXI, começa a ceder lugar para a aceitação. Para corroborar essa afirmação, ele cita o fato de o Congresso Nacional ter aprovado, no dia 2 de setembro de 2003, a instituição do Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual. Outro fato citado foi o lançamento, por parte do governo brasileiro, do programa de promoção da cidadania homossexual, através da Secretaria dos Direitos Humanos, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de políticas públicas para gays, lésbicas e transgêneros, no campo de combate à violência e à discriminação.

Mesmo com a evolução da mentalidade de nossa sociedade em relação aos homossexuais, o preconceito contra eles ainda existe e é bastante forte. O que parece acontecer é que, a despeito da homofobia e da violência que ainda assolam nossa sociedade, o preconceito aparece agora, muitas vezes, de forma dissimulada.

Segundo Aronson (2002), a redução da auto-estima é uma consequência quase inevitável para o indivíduo que é alvo de preconceito. Isso pode gerar nesses indivíduos o que Aronson chama de *conformidade normativa*¹.

Sabemos que muitas pessoas têm preconceito em relação à orientação sexual dos gays. Mas e os gays? Teriam eles preconceito contra sua própria orientação sexual? Tomando por base a hipótese de que existem diferentes vozes que se fazem ouvir no discurso gay, questionamos se o preconceito estaria presente no discurso gay, quer através da voz dos

¹ Conformidade normativa: o preconceito é resultado de um ato de conformação, ou seja, as pessoas agem com preconceito a fim de se encaixarem no ponto de vista da maioria de uma cultura.

próprios gays, quer através de outras vozes. Dessa forma, o objetivo desta dissertação é descobrir se existem, no discurso gay, vozes que veiculem preconceito acerca da orientação sexual do gay.

Antes de falarmos do discurso gay, é necessário que especifiquemos a que grupo estamos nos referindo, quando usamos o termo *gay*. Diremos, inicialmente, que os homossexuais podem ser divididos em dois grandes grupos, a saber: homossexuais masculinos e homossexuais femininos². Neste trabalho, não vamos tratar dos homossexuais femininos. Também não vamos tratar de outros grupos específicos como, por exemplo, o grupo dos bissexuais e o dos transexuais. Nosso interesse está voltado para o grupo dos homossexuais masculinos. Esse pode ainda ser dividido em subgrupos, a saber: *gays* e *travestis*. Nossa proposta é trabalhar com o grupo dos *gays*, definido como *homens que têm atração sexual por outros homens e não se transvestem em mulher*.

Tendo esclarecido a questão do grupo com o qual nos propomos a trabalhar, passemos então aos critérios usados para a seleção do *corpus*.

A fim de termos uma amostragem significativa do discurso gay, decidimos trabalhar com a revista *G Magazine*, por ser uma revista de circulação nacional e por ser dirigida especificamente ao público gay. Dessa revista, selecionamos a seção *Parla G*, na qual diversos articulistas escrevem sobre assuntos variados, embora todos os artigos estejam ligados à temática gay.

Inicialmente, selecionamos 26 artigos publicados na citada seção da revista, das edições de janeiro de 2003 a fevereiro de 2005.

Como critério de seleção, priorizamos os artigos cujos autores, através de alguma marca, deixassem claro que faziam parte do grupo dos gays. Dessa forma, eliminamos os artigos que não apresentavam tais marcas.

² Os quais designaremos aqui como *gays* e *lésbicas*, respectivamente.

Outro critério de seleção foi a preferência por discursos predominantemente argumentativos. Quando Koch (2002, p. 17) afirma que “o ato de argumentar constitui o ato lingüístico fundamental”, defendemos, através desse princípio, que não há razão para aceitar a distinção rígida entre discursos argumentativos, dissertativos, narrativos e descritivos, pois todos eles são, de alguma forma, argumentativos. Assim, aceitamos a tese de que a argumentação é inerente ao discurso, seja ele qual for. Em contrapartida, não podemos nos furtar à observação de que alguns discursos são predominantemente argumentativos, enquanto em outros há predominância da narração, dissertação ou descrição. De acordo com essa tese, privilegamos, na seleção do *corpus*, os artigos predominantemente argumentativos e rejeitamos os demais.

Assim, de acordo com os critérios enumerados anteriormente, o *corpus* ficou circunscrito aos dez artigos que se encontram no anexo desta dissertação.

Aqui, abrimos um parênteses para esclarecermos que, embora não estejamos, nesta dissertação, preocupados com a questão específica dos gêneros discursivos, faz-se necessário que tenhamos algum comentário acerca do tema. Maingueneau (2004, p. 45) diz que “no âmbito da Análise do Discurso, a categoria de gênero de discurso é mais comumente definida a partir de critérios situacionais”, ou seja, a categoria de gênero de discurso vai designar dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos. Limitar-nos-emos a concordar com a posição teórica de Maingueneau, sem entrarmos no mérito da questão.

A fim de atingirmos o objetivo a que nos propusemos, faremos, inicialmente, uma contextualização histórica acerca da homossexualidade, dando ênfase aos fatos marcantes ocorridos no Brasil. Prosseguiremos, apresentando os conceitos de *atitude*, *estereótipo* e *preconceito*. Em seguida, colocaremos o problema da designação como uma primeira forma de preconceito. Posteriormente, explicaremos o que chamamos de *discurso gay*. Em seguida, identificaremos, segundo os critérios de Chaïm Perelman, o auditório do discurso gay. Ainda

respaldados por Perelman, identificaremos os valores mais recorrentes no discurso em questão. Prosseguiremos, identificando as diferentes vozes presentes no discurso gay. Para a identificação dessas vozes, contaremos como suporte teórico e como ferramenta de análise com a teoria polifônica de Oswald Ducrot e também com a teoria dos agentes verificadores de verdade, de Alain Berrendonner. Nesse ponto, vamos propor uma associação entre os conceitos de *auditório* e *polifonia*. Finalmente, buscaremos, através das diversas vozes que se fazem ouvir no discurso gay, descobrir a existência ou inexistência de preconceito acerca da orientação sexual do gay.

CAPÍTULO 1 - A HOMOSSEXUALIDADE E O PRECONCEITO

1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao buscarmos as origens históricas da homossexualidade, não podemos nos esquecer de que as características do homossexual não se mantêm inalteradas através dos tempos. Nunan (2003, p. 24) nos esclarece a esse respeito: “[não é correto] acreditar que os gregos antigos ou povos de outras sociedades (...) partilham de nossas convicções morais, científicas, religiosas e estéticas sobre o que é sexo. (...) São realidades sócio-históricas completamente diferentes da nossa.” Dessa forma, ao apresentarmos um retrospecto histórico da homossexualidade, não podemos fazê-lo sem antes assinalarmos essa relevante advertência.

A prática homossexual é tão antiga quanto a própria história. O homoerotismo não é privilégio da espécie humana. As palavras de Spencer (1996, p. 17) ilustram essa afirmação: “relacionamento sexual entre dois primatas do mesmo gênero é, com freqüência, uma solução positiva para a rivalidade entre machos jovens e maduros”.

Rodrigues (2004) assinala, nos mais importantes períodos da história, a presença da homossexualidade.

Tomando por referência as antigas civilizações, têm-se registros acerca da posição favorável da sociedade grega em relação ao relacionamento entre dois homens. Através da mitologia grega, reflexo do pensamento da época, podemos sustentar a tese de que a homossexualidade era prática comum na Grécia antiga. São famosos os casos de homossexualidade na mitologia, a saber: Zeus e Ganimedes, Hércules e seus quatorze amantes masculinos, Himeneu, Ciparisso, Carnus, entre outros.

Os gregos acreditavam que os jovens, após os doze anos, só podiam absorver as virtudes de um bom cidadão se eles mantivessem relações sexuais com homens mais velhos.

No Império Romano há, igualmente, inúmeros casos de homossexualidade, envolvendo tanto imperadores, quanto pessoas comuns. Como exemplos de imperadores que praticaram atos homossexuais podemos citar: Júlio César, Tibério, Calígula, Nero, Adriano e muitos outros (RODRIGUES, 2004).

Já na Idade Média, tempo em que a soberania da fé cristã dominava o mundo, a Inquisição, instituída pelo Papa Gregório IX, reprimia ferozmente os homossexuais, submetendo-os a castigos severos, incluindo a morte.

O Renascimento surge como um facho de luz a iluminar a humanidade, anunciando o fim da era das trevas. Os novos conceitos trazidos pelo Humanismo, desatrelados da rígida moral religiosa, fizeram com que os homossexuais fossem um pouco menos perseguidos.

O surgimento do Protestantismo, no século XVI, significou um ataque ao Catolicismo Romano, mas, em contrapartida, manteve a doutrina de que a atividade sexual fora do casamento era pecaminosa.

Com a perda de fiéis para o Protestantismo, a Igreja Católica adotou a política de enviar missionários para terras distantes, entre elas a América do Sul, com o objetivo de catequizar novos povos. Ao vir para o Brasil, no século XVI, a Igreja Católica trouxe com ela a Inquisição. Assim, há notícias de casos recolhidos por inquisidores, nos quais as práticas homoeróticas eram chamadas de “sujidades” e eram punidas.

De certa forma, a prática homossexual era normal no Brasil recém-descoberto. Pode-se dizer até que ela era comum nas Américas: “Quando os espanhóis chegaram às Américas, tiveram a oportunidade de constatar que a sodomia era tão ou mais praticada que na Europa.” (RODRIGUES, 2004, p. 73)

Falando especificamente do Brasil, recorremos ao artigo jornalístico de Côrtes³ (2005). Segundo ele, encontramos registros do padre Manoel da Nóbrega, datados de 1549, os quais revelam que colonos tinham índios como mulheres, “segundo costumes da terra”.

Já em 1817, o naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp Von Martius, em viagem ao Brasil, liga o travestismo de algumas tribos indígenas à “enraizada corrupção moral dos índios.”

Avançando um pouco na história de nosso país, em 1895, encontramos o primeiro registro literário de uma obra cujo personagem principal era homossexual, o livro *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha.

Já no cenário literário da Europa, no início do século XX, encontramos o francês Marcel Proust, entre 1913 e 1927, escrevendo sua magistral obra intitulada *Em Busca do Tempo Perdido*. Dos sete volumes da obra, destacamos o quarto: *Sodoma e Gomorra* no qual o autor fala do mundo secreto das ligações homossexuais, do qual destacamos um pequeno trecho, a título de ilustração⁴: “(...) o engano é idêntico, o próprio invertido sabe, adivinha a desilusão que, tombado o disfarce, há de experimentar a mulher, e sente até que ponto é uma fonte de poesia fantástica esse erro sobre o sexo.” (grifos nossos) (Proust, 1981, p. 19)

Em nossa retrospectiva acerca da homossexualidade, não poderíamos deixar de denunciar uma enorme mácula na história da humanidade: a implacável perseguição aos homossexuais em pleno século XX, magistralmente comentada por Spencer (1996, p. 329):

Essa guerra [2ª Guerra Mundial] e os anos de domínio nazista que a antecederam ficaram marcados pela perseguição selvagem aos homossexuais na Alemanha. Não há estatísticas oficiais de quantos homossexuais morreram em campos de concentração (...), mas estima-se que quase 50.000 pessoas tenham sido condenadas por homossexualismo e morrido nos campos. Os judeus, os homossexuais e os ciganos – que usavam no peito, respectivamente, triângulos amarelos, rosa e marrons – foram os que mais sofreram torturas e violência por parte dos SS. Eram descritos como a escória da humanidade, sem direito a viver no solo germânico, devendo assim ser exterminada.

³ Artigo publicado na revista Isto é, de abril de 2005, sob o título “Eles Venceram”.

⁴ Note-se que Proust usa as palavras “invertido” e “erro”

Em 1948, desmistificando a homossexualidade, Alfred Kinsey publicou a mais completa pesquisa sexológica até hoje realizada no mundo, o Relatório Kinsey. Nesse documento, ele afirmou que 37% dos homens americanos tiveram pelo menos uma experiência homossexual.

Prosseguindo com nossa retrospectiva, chamamos a atenção para um fato marcante. No dia 27 de junho de 1969, ocorreu, no bar *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, um confronto entre policiais e gays. A contenda prolongou-se por dias. Esse acontecimento reveste-se de singular importância por ser considerado o marco inicial do movimento gay. Assim, o dia 27 de junho passou a ser considerado o dia do orgulho gay.

Mott (2003) nos esclarece que somente nos meados dos anos 70 os gays e lésbicas puderam concretizar o sonho do terceiro sexo⁵, através da fundação do primeiro jornal gay do país: *O Lampião*. Esse fato influenciou sobremaneira o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro, concretizado com a fundação do Grupo *Somos*, em São Paulo.

Em relação ao surgimento de grupos de defesa dos direitos dos homossexuais, podemos citar como marca importante em nosso país a criação, em 1980, do Grupo Gay da Bahia e, em 1995, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis.

Outro fato marcante na história da homossexualidade, ocorreu em 1989, quando a Organização Mundial de Saúde retirou o *homossexualismo* do rol das doenças. Já no Brasil, o *homossexualismo* deixou de ser considerado doença, pelo Conselho Federal de Medicina, em 1985.

Ainda falando do Brasil, em 1995, a então deputada federal Marta Suplicy apresentou, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei nº 1191/95, cujo objetivo era a legalização da parceria civil registrada. O projeto tramita na Câmara até hoje, sem ter sido aprovado.

Mott (2003, p.22) cita como uma vitória recente dos gays:

⁵ O autor faz referência ao romance “O Terceiro Sexo”, de Odilon Azevedo, publicado no Brasil em 1930, no qual lésbicas operárias fundam uma associação destinada a substituir os homens no controle do poder, o que representa, pela primeira vez no Brasil, segundo Luiz Mott, um discurso lésbico-feminista ultra-radical.

(...) em Salvador, e depois em mais 73 cidades de Norte a Sul do país, e nas Constituições Estaduais do Mato Grosso, Sergipe e Brasília, pela primeira vez na América Latina, o crime não é mais ser homossexual, mas sim discriminar os gays e lésbicas. Nos últimos anos da década de 90 e início do século XXI, importantes leis municipais e estaduais foram aprovadas proibindo e punindo a discriminação aos homossexuais, incluindo São Paulo, Minas Gérias, Rio de Janeiro, etc.

Um dos mais marcantes fatos da atualidade, na história da homossexualidade em nosso país, ocorreu no ano de 2003: a parada do orgulho gay de São Paulo reuniu mais de um milhão de pessoas. Com esse elevado número de participantes, o evento passou a ser um dos mais importantes do calendário turístico da capital paulista.

1.2- PRECONCEITO, ESTEREÓTIPO E DISCRIMINAÇÃO

É na Psicologia Social que encontramos subsídios para entender o preconceito. Ele pode, na verdade, fluir tanto do grupo majoritário para o grupo minoritário, quanto do minoritário para o majoritário, sendo qualificado como um fenômeno social onipresente.

O preconceito, especificamente falando, é uma atitude negativa contra um grupo de pessoas, baseada exclusivamente no fato de essas pessoas pertencerem ao grupo discriminado. O preconceito é uma atitude composta por três elementos: *o componente afetivo* (as emoções), *o componente cognitivo* (as crenças e os pensamentos) e *o componente comportamental* (as ações).

Falando acerca dos três componentes, podemos dizer que o termo *preconceito*, além de remeter à estrutura geral da atitude, aplica-se também, especificamente, ao *componente afetivo*, podendo-se falar, inclusive, em preconceitos positivos e negativos.

O *componente cognitivo* é o estereótipo. Segundo Aronson (2002, p. 294), “o estereótipo é uma generalização acerca de um grupo de pessoas, na qual características idênticas são atribuídas a praticamente todos os membros do grupo, sem levar em conta as variações reais entre eles.” Walter Lippman foi o pioneiro no uso do termo *estereótipo*.

Os estereótipos não são necessariamente prejudiciais. São antes uma forma de simplificarmos as coisas. Ainda em relação ao estereótipo, recorreremos, a título de complementação, a Paul⁶ (apud Nunan, 2003, p. 61): “o estereótipo, em si, pode ser entendido como um comportamento funcional e adaptativo, pois com frequência é uma forma de simplificar e agilizar nossa visão do mundo, julgando pessoas ou situações em termos de categorias.”

⁶ PAUL, A. M. The Truth About Stereotypes. *Psychology Today*, v. 31, n. 3, May / June, 1998. p. 52-55; 82.

Aronson (2002) afirma que os estereótipos refletem crenças culturais e que eles são reforçados pelo fenômeno denominado correlação ilusória.⁷ Por outro lado, a persistência dos estereótipos ocorre pela nossa tendência em concluir que o comportamento de uma pessoa é determinado por um aspecto de sua personalidade (atribuição disposicional) e não a um aspecto da situação (atribuição situacional). O comportamento das pessoas, na verdade, tanto é devido a atribuições disposicionais, quanto a atribuições situacionais. Em contrapartida, quando membros de um extragrupo⁸ agem de maneira não estereotipada, a tendência é, ao contrário do caso anterior, fazer atribuições situacionais a seu respeito, ou seja, tratar a pessoa como exceção à regra, mantendo assim intacto o estereótipo acerca do grupo ao qual essa pessoa pertence.

Segundo Barcelos⁹ (apud Nunan, 2003), a consequência negativa dos estereótipos está nas generalizações incorretas que rotulam as pessoas e não permitem que essas sejam percebidas (e tratadas) como indivíduos singulares, com características próprias, negando-lhes direitos morais e legais. Neste sentido, o estereótipo também pode ser visto como forma de controle social.

O terceiro componente do preconceito, o *comportamental*, é a discriminação. Aronson (2002, p. 297) define a discriminação como “ação negativa, injustificada ou prejudicial contra os membros de um grupo, simplesmente porque pertencem a esse grupo.”

No tocante ao aparecimento do preconceito, Allport¹⁰ (apud Nunan, 2003) mencionou a influência de traços de personalidade, emoções e cognições, mas grande parte dos estudos recentes parece aceitar a idéia de que um dos fatores mais relevantes no que concerne ao preconceito é que ele é histórica e socialmente construído.

⁷ Correlação ilusória: “quando esperamos que duas coisas sejam relacionadas, enganamo-nos acreditando que elas o são – mesmo quando de fato não têm relação entre si.” (ARONSON, 2002, p.305)

⁸ Grupo com o qual o indivíduo não se identifica.

⁹ BARCELOS, J. D. M. *(Con)sumindo a Diferença: a homossexualidade entre a visibilidade e a massificação*. Dissertação de Mestrado. PUC-RIO, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, 1998.

¹⁰ ALLPORT, G. W. *The Nature of Prejudice*, Massachusetts: Addison-Wesley, 1954 / 1979.

Segundo Nunan (2003), as causas do preconceito podem ser classificadas didaticamente em quatro grandes categorias, segundo quatro teorias distintas:

1. *Teoria do conflito grupal realista*: a competição e os conflitos (econômicos, políticos ou ligados ao status social) são uma poderosa fonte de preconceito, pois quando objetivos antagônicos estão em jogo, um determinado grupo tentaria a depreciar seu grupo adversário, estimulando estereótipos e preconceitos.

2. *Teoria de deslocamento de agressividade*: derivada da anterior, esta teoria postula que, uma vez que competições e conflitos geram raiva, hostilidade, frustração e infelicidade, estes sentimentos precisam ser direcionados a alguém.

3. *Teoria da personalidade autoritária*: um indivíduo com personalidade autoritária seria rígido em suas crenças e opiniões, intolerante para com demonstrações de fraqueza (em si e nos outros), pronto a abraçar valores convencionais, desconfiado (de idéias e pessoas), propenso a adotar medidas punitivas, respeitoso e submisso a figuras de autoridade de seu grupo, além de rejeitar pessoas que não fazem parte de seu círculo de relações.

4. *Causas sociais*: as causas sociais do preconceito (aprendizagem, conformidade e categorização) sugerem que esse fenômeno é criado e mantido por forças sociais e culturais, especificadas a seguir:

4.1- *Aprendizagem social*: preconceitos e estereótipos seriam parte de um conjunto de normas sociais, isto é, as crenças de uma sociedade acerca dos comportamentos que são corretos e permitidos. Visto que estas crenças não são universais, o que é aceitável para uma cultura pode não o ser para outra. Os indivíduos aprenderiam desde cedo as atitudes e comportamentos partilhados pela sua comunidade, incluindo, claro, preconceitos e estereótipos.

4.2- *Conformidade*: seria, na verdade, uma derivação da aprendizagem social. De tanto experienciam relações de desigualdade, os indivíduos acabam percebendo essas situações

como naturais e se conformam com o fato. Com o intuito de ser aceito e não sofrer punições ou por realmente acreditar na veracidade dessas normas, o indivíduo termina corroborando determinados preconceitos que se perpetuam ao longo do tempo.

4.3- *Categorização social*: com o intuito de facilitar nossa compreensão do mundo, o processo de categorização social divide as pessoas em grupos (os seus próprios versus os dos outros) com a conseqüente discriminação do grupo que não é o seu. Aronson (2002) definiu esses grupos como *intragrupo* (aquele com o qual o indivíduo se identifica e do qual ele se julga membro) e *extragrupo* (aquele com o qual o indivíduo não se identifica).

Essas considerações estão profundamente interligadas às questões da legitimação de certos grupos ou movimentos sociais na recente sociedade democrática brasileira, dentre as quais a discussão sobre a homossexualidade constitui uma das facetas desse problema. Até há pouco tempo, a imagem do gay era vítima de uma homofobia que se estendia à malha social em todos os seus estratos. Termos depreciativos, piadas e pilhérias criaram no imaginário popular uma atitude agressiva e excludente em relação às minorias, sejam elas negros, feministas ou homossexuais. Quando as pessoas usam o argumento de que tudo não passa de brincadeira, que o brasileiro faz sempre pilhéria de si mesmo, que não há problema algum nas piadas sobre gays, negros e mulheres, recorremos ao raciocínio de Soares L. (1998, p.218):

O argumento poderia fazer algum sentido, se não vivêssemos em um país no qual a cor escura da pele e a posição inferior na pirâmide econômico-social e educacional se encontram, como variáveis sociológicas significativamente associadas. (...) País em que, só no último ano e meio (de janeiro de 1996 a junho de 1997) 171 homossexuais foram vítimas de assassinatos, explicitamente motivados por homofobia.

Por que essa atitude hostil? Resquícios de uma cultura histórica escravocrata e elitista? De uma política ditatorial pautada pela exclusão e repressão? Herança de uma moral religiosa arcaica e arraigada a conceitos pré-estabelecidos? Na verdade, são temas éticos, vinculados a

uma “política da moralidade” hoje onipresente, mas não ainda resolvida, na preconceituosa sociedade brasileira. Nessa linha de pensamento, podemos aqui reivindicar uma expressão muito em voga, a do “politicamente correto”. O que, na verdade, essa expressão quer significar no seio de uma sociedade conflituosa, oscilando entre conservadorismo e desenvolvimento?

“Politicamente correto” aparece sobrecarregado de múltiplos sentidos, como nos explica Soares L. (1998, p. 221):

Mas, afinal, o que é aquilo que, numa redução substantivante, chamamos “o politicamente correto”? O que é essa matéria que tem inquietado tanto os brasileiros e provocado reações tão consensuais, entre nós? Não se trata de uma unidade facilmente delimitável. O termo é usado em contextos diversos e com significações múltiplas, por vezes contraditórias. Claro que “o politicamente correto” diz respeito, ainda que de maneira vaga e polissêmica, a um processo em curso, aberto e de conseqüências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, a um processo de renovação do que poderíamos chamar de educação vulgar e básica. Com um vocabulário mais pretensioso, poder-se-ia dizer que se trata de um processo de redefinição de parâmetros éticos e de modelos de orientação micropolíticos (...) [Politicamente correto] é o nome vago e controverso de um processo aberto, em construção, tenso e incerto, que funciona como uma gravitação sociológica, impelindo os indivíduos a constantes negociações e renegociações de sentidos e valores. É apenas o reavivamento do debate ético-político...

Uma das maneiras de diminuir os preconceitos, especificamente o preconceito acerca da orientação sexual, é exatamente a discussão acerca do que vem a ser o “politicamente correto”, como nos propõe Soares L. (1998, p. 234):

Pôr em circulação o jogo de linguagem do que vem sendo chamado “politicamente correto” para além das caricaturas e das reações preconceituosas, significa estimular um debate democrático que a sociedade brasileira tem procurado evitar, para preservar o conforto de ideologias homofóbicas, misóginas e racistas, de direita e de esquerda. Cobrar respeito e correção ético-política não implica, necessariamente, policiamento a espontaneidade e reprimir o humor.

Eis aí a questão nevrálgica em que nos encontramos ao discutir a questão da homossexualidade e de seus parâmetros éticos e sociais, nos discursos socialmente constituídos.

1.3- PROBLEMAS DE DESIGNAÇÃO

O processo de nomeação implica, em certas circunstâncias, um enorme poder argumentativo, mas muitas vezes passa despercebido. Uma análise interessante desse poder é feita por Rajagoplan (2003), quando sustenta a tese de que a opinião pública é altamente influenciada pelas escolhas de nomes e apelidos a que mídia induz. Rajagoplan afirma que a nomeação é, assim, um ato eminentemente político.

Tendo em mente a importância crucial dos nomes, Rajagoplan (2003, p. 83) nos esclarece:

Se descrições são nada mais que representações verbais de atributos e se atributos são da ordem de acidente (e não de essência), é no nome próprio que devemos encontrar algo que pertence ao objeto de forma inalienável. Ou seja, o nome próprio deve estar “grudado” ao objeto de maneira inseparável¹¹.

O que ocorre é que a grande maioria das pessoas acredita que o nome próprio está livre de qualquer predicação, o que é um engano. Quando Rajagoplan (2003, p. 84) diz que “é preciso, primeiro, nomear, para então dizer algo a respeito do objeto no mundo assim designado”, ele corrobora a importância atribuída ao poder da designação e desmistifica o próprio ato de designação. Essa tese é exemplificada, de forma brilhante, quando Rajagoplan (2003, p. 87) cita o exemplo da caracterização do terrorismo, pela mídia:

Ao caracterizar de terrorista-suicida alguém que sacrifica sua própria vida em prol de uma causa (qualquer que seja), a imprensa não está apenas se referindo à pessoa que pratica tal ato de proporções incomuns. (...) Há, pois um julgamento de valores, disfarçado de um ato de referência neutra. E é justamente por estar camuflado como um simples ato referencial que tais descrições acabam exercendo tamanha influência sobre o leitor de jornal. À medida que o leitor vai se acostumando ao rótulo, deixa de perceber que a descrição não passa de uma opinião avaliativa. Como todas as opiniões avaliativas, esta também comporta um outro

¹¹ A estruturação filosófica dessa citação baseia-se em Aristóteles, mais especificamente nos *Tópicos*, no *Organon*.

lado. (...) O perigo está no fato de que o leitor ingênuo ou desavisado tende a confundir descrição com termo referencial, opinião com fato consumado.

Convencidos do poder da designação, vejamos como essas idéias se aplicam à questão do preconceito em relação à orientação sexual dos gays.

Começemos com a questão da designação usada nesta dissertação. Qual o critério para usarmos, na redação deste trabalho, o termo homossexualidade e não homossexualismo, por exemplo? Para efeito de padronização, usaremos, indistintamente, os termos homossexualidade, homossexual, homoerotismo e gay, e evitaremos o termo *homossexualismo* que, segundo Nunan (2003), carrega uma carga semântica negativa. Isso porque, segundo a autora, o sufixo *ismo* remete, com frequência, à categoria de doença. Para corroborar a tese de Nunan, recorreremos a Fishbein (1970), pesquisando vocábulos com o sufixo *ismo*. O resultado foi o seguinte: foram encontrados três verbetes remetendo a *anomalia*, a saber: albinismo, estrabismo e hermafroditismo; quatro verbetes remetendo a doença: ergotismo, infantilismo, reumatismo e cretinismo; dois verbetes remetendo a intoxicação: botulismo e alcoolismo e, por fim, um verbete remetendo a um distúrbio mental: exibicionismo. Assim, concluímos que, independente de remeter à categoria de doença, o sufixo *ismo* traz, em inúmeras situações, a idéia de *desvio de um padrão normal, de anormalidade*, carregando consigo, realmente, uma carga semântica negativa. Mott (2003, p. 197) corrobora essa tese:

Os fatos comprovam que a homossexualidade ainda é o maior tabu da atualidade. Observe o leitor que grafiei propositalmente homossexualidade e não homossexualismo, pois assim como a heterossexualidade e a bissexualidade, a homossexualidade é uma expressão da sexualidade humana – reconhecida pela Organização Mundial de Saúde, pelos Conselhos Federais de Medicina e Psicologia e pelas mais prestigiosas associações científicas nacionais e internacionais, como uma manifestação sexual tão normal, legítima e saudável quanto às relações entre sexos diferentes.

Tendo solucionado os problemas de designação que poderiam ocorrer pela escolha dos termos usados nesta dissertação para nos referirmos aos gays, prossigamos com nossa análise.

O título da revista que veiculou os dez artigos que compõem o *corpus* (G Magazine) constitui um interessante caso para análise, sugerindo uma possível forma de preconceito. Por que motivo a revista não foi denominada *Gay Magazine*? Qual a intenção ao se usar a letra G no lugar da palavra *gay*? Não podemos descartar a hipótese de esse uso ser devido a razões estéticas. Da mesma forma, não podemos desconsiderar as estratégias de *marketing*, usadas pelos editores. Por outro lado, não podemos igualmente descartar uma hipótese que sugere a existência de preconceito: optou-se por não estampar no título da revista a palavra *gay*, por haver, no ato da designação, certa conformidade normativa, ou seja, o fato de usar o nome *gay* para designar a revista poderia causar certa rejeição da sociedade.

Prosseguindo com nossa análise, podemos dizer que as palavras usadas em nossa sociedade para nomear os indivíduos que têm atração sexual pelo mesmo sexo são, freqüentemente, termos depreciativos. Para corroborar essa tese, recorreremos a uma pesquisa realizada pelo IBOPE¹², em junho de 2001, a qual traçou um perfil dos homossexuais nas sete capitais onde foi realizada. Entre os diversos pontos pesquisados, destacamos os seguintes: cerca de 39% dos entrevistados preferem ser chamados de homossexuais; 23% de gays e 22% de entendidos. Por que a preferência pelos termos *homossexual*, *gay* e *entendido*? Essa escolha parece remeter a uma opção pelos termos com menor carga semântica negativa. Em contrapartida, termos como *veado* e *bicha*, que vêm carregados de forte carga semântica negativa, são evitados.

¹² A pesquisa foi realizada pelo IBOPE, a pedido do Ministério da Saúde, em sete capitais do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Brasília e Fortaleza). Foram entrevistadas 800 pessoas, entre 24 e 30 de junho do ano de 2001. Os entrevistadores percorreram as paradas e eventos do Orgulho Gay, bares, saunas e boates.

Para esclarecer a idéia anteriormente expressa, recorreremos a uma pesquisa de nossa autoria, a qual se encontra no trabalho intitulado *Brasil, como se chamam os homens do arco-íris: um estudo sobre a carga semântica de vocábulos*¹³. Vejamos então o resumo dos resultados encontrados.

O que se constatou é que todos os termos usados para nomear os gays carregam carga semântica negativa. São usados como xingamento, como forma de ofender, insultar, humilhar e estigmatizar. No entanto, alguns se prestam mais a essa função agressiva que outros, a saber: *bicha e veado*.

Se dizemos que todos os termos carregam carga semântica negativa e que, embora uns sejam mais apropriados ao *xingamento* do que outros, todos se prestam, de uma forma ou de outra, a esse fim, é porque o próprio dicionário corrobora essa postura. Vejamos o que nos diz, por exemplo, o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis¹⁴:

Homossexual: Adjetivo e substantivo masculino + f Que, ou pessoa que tem afinidade sexual somente para indivíduos do mesmo sexo.

Gay: (ver guei): substantivo masculino (inglês popular) 1. Homossexual masculino. 2 (chulo) Veado, bicha.

Bicha: 13. (chulo) pederasta passivo

Veado: 2. (chulo) Pederasta passivo; vinte-e-quatro

Pederasta: substantivo masculino Indivíduo que tem o vício da pederastia. P. passivo: o homossexual que submete, voluntariamente, na sodomia.

Assim, o fato de todos os vocábulos usados para designar os gays serem usados por grande parte da sociedade brasileira como forma de ofender, já deixa explícito, por si só,

¹³ Esse trabalho foi apresentado ao curso de especialização (*Lato Sensu*) em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC-MG, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa, no ano de 2002.

¹⁴ Os grifos são nossos.

através do poder da designação, o alto grau de preconceito existente acerca desse tipo de orientação sexual.

CAPÍTULO 2 – A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO GAY

2.1- O DISCURSO GAY

Para estabelecer a definição de discurso, recorreremos a Maingueneau & Charaudeau (2004). Segundo eles, a noção de *discurso* já era usada na Filosofia Clássica.

Na atualidade, o termo é usado em situações muito diversas e com significados muito diferentes. Em Lingüística, que é nosso interesse específico, definiremos o termo através das quatro oposições clássicas, a saber: discurso e frase; discurso e língua; discurso e texto e discurso e enunciado. Tratando da primeira oposição, podemos dizer que o discurso é uma unidade lingüística constituída por uma sucessão de frases. Prosseguindo a análise das oposições, apontamos que se a língua é um sistema de valores virtuais, o discurso é o uso da língua em um contexto particular. Em relação à oposição discurso/texto, poderíamos dizer que o discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto. Finalmente, quanto à última oposição, Guespin¹⁵ (apud Maingueneau & Charaudeau, 2004, p.169) esclarece: “Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação ‘em língua’ faz dele um enunciado; um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso.”

O discurso, segundo Maingueneau & Charaudeau (2004), pode tratar-se de um posicionamento em um campo discursivo (o discurso comunista, o discurso surrealista, etc.); de um tipo de discurso (o discurso jornalístico, o discurso do professor em sala de aula, etc.); de uma função da linguagem (o discurso polêmico, o discurso prescritivo, etc.) e, finalmente, das produções verbais específicas de uma categoria de locutores (o discurso dos médicos, o discurso dos pais, etc.).

¹⁵ GUESPIN, L. (1971), Problématique des travaux sur le discours politique, *Langages*, 23,3-24.

Em nossa dissertação, referir-nos-emos ao discurso gay como um posicionamento em um campo discursivo, delimitando o termo *discurso gay* como sendo o conjunto de enunciados que provêm de uma mesma formação discursiva.

Mainueneau & Charaudeau (2004, p.241) esclarecem o conceito de formação discursiva, apresentado inicialmente por Michel Foucault: “[o termo formação discursiva] permite, com efeito, designar todo um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa.” No caso específico desta dissertação, estamos tratando, mais do que do discurso *do* gay propriamente dito, de enunciados veiculados por uma revista de circulação nacional, dirigida especificamente para o público gay. Isso nos autoriza a classificar esses enunciados como provenientes de uma mesma formação discursiva.

2.2- O AUDITÓRIO DO DISCURSO GAY

Com o objetivo de explicar as particularidades da argumentação, Perelman (1996) estabelece uma contraposição entre ela e a lógica formal. Essa se limita ao exame dos meios de prova demonstrativos, enquanto aquela visa obter a adesão daqueles aos quais se dirige.

Para que haja argumentação, é necessário que seja estabelecido o que Perelman (1996) chamou de “contato entre os espíritos”, ou seja, o contato entre o orador e seu auditório. Dessa forma, é essencial para o êxito da argumentação que o orador preocupe-se com a maneira através da qual se dirige ao seu auditório para obter adesão. Por outro lado, não podemos olvidar que, nesse “contato entre os espíritos”, aquele que ouve está, de certa forma, disposto a aceitar, ainda que eventualmente, o ponto de vista daquele que fala. Assim, se o orador faz parte do mesmo meio daqueles a quem quer persuadir, fica muito mais fácil a concretização das condições para que se dê um contato mais efetivo entes os espíritos. Acreditamos ser este o caso do nosso *corpus*. Os articulistas, todos ligados, de algum modo, ao universo gay, têm mais facilidade de estabelecer o contato com aqueles a quem querem influenciar com sua argumentação, ou seja, os leitores da revista G Magazine que, por ser uma revista de circulação nacional, dirigida ao público gay, pode ser considerada como uma espécie de personificação desse público, daí considerarmos a hipótese de uma mesma formação discursiva, em conformidade com um mesmo auditório.

Para explicitar a importância do auditório para a argumentação, recorremos a Perelman (1996, p. 21): “Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.” Essa afirmação de Perelman faz surgir um problema crucial em nossa dissertação: a definição de *auditório*. Maingueneau e Charaudeau (2004, p. 158) propõem uma definição que nos parece razoavelmente adequada: “O auditório é constituído pelo conjunto dos ouvintes, pessoas

fisicamente presentes e alvos da intenção persuasiva, que organizam explicitamente a intervenção do orador, e, por extensão, do conjunto de destinatários potenciais do seu discurso.” (grifo nosso) Dissemos que nos parece razoavelmente adequada porque concordamos com ela quando os autores falam do conjunto de destinatários potenciais do discurso e porque discordamos quando tratam o auditório como sendo um conjunto de ouvintes fisicamente presentes. Por isso mesmo, preferimos a definição proposta por Perelman (1996, p.22): “[o auditório é] o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.” Assim, quando o orador pensa no auditório a que quer influenciar, tem-se o auditório presumido, o qual deverá estar o mais próximo possível da realidade, a fim de que o orador obtenha êxito na sua empreitada. O estudo do auditório torna-se assim revelador, pois se o orador quer influenciá-lo, deve adaptar-se a ele e, dessa forma, a cultura desse auditório irá transparecer através do discurso a ele destinado. Assim, o discurso gay, por nós analisado, refletirá as crenças, posicionamentos e até mesmo possíveis preconceitos do auditório ao qual é dirigido, ou seja, os leitores da revista G Magazine que, pela sua circulação nacional, nos dá uma boa amostragem do público gay brasileiro. Dessa forma, as questões morais e éticas do auditório, ainda que nem sempre de forma explícita, estarão presentes no discurso a ele dirigido. Nas palavras de Perelman (1996, p.27) “é de fato ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores.”¹⁶

Convencidos da importância do auditório na argumentação, passemos a apresentar as três espécies de auditório, com o objetivo de identificarmos qual seria o tipo de auditório com o qual nos deparamos, em nosso *corpus*. Segundo Perelman (1996), são eles:

¹⁶ “O orador é, para Aristóteles, incorporado pelo *Ethos*, pois sua credibilidade é função de seu caráter, de sua virtude e da confiança que o auditório lhe atribui. Este, por si representa o *Pathos*, simbolizando as paixões que o orador deve considerar em seu auditório a fim de poder suscitar sua adesão. O *logos*, por fim, representa o discurso efetivamente organizado de acordo com a situação para melhor se adaptar a ela e à tese defendida.” De SOUZA (2001, p. 163)

- i) o auditório universal;
- ii) o parceiro do diálogo, unicamente¹⁷; e
- iii) o indivíduo que delibera consigo mesmo.

Começemos pelo auditório universal. Inicialmente, poderíamos dizer que se trata de uma abstração moral. Para compreender essa noção complexa, começemos dizendo que são fracos os argumentos que só são aceitos por auditórios particulares e fortes aqueles que são aceitos por unanimidade. Essa unanimidade pode ser identificada como o *acordo do auditório universal* que, sendo um conceito abstrato, abrange, inclusive, juízos éticos e morais. Esse acordo não seria uma questão de fato, mas de direito. Perelman (1996, p. 35) nos esclarece: “uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas.” Assim, a despeito de o auditório universal de cada orador poder ser considerado um auditório particular, ainda assim existirá sempre um auditório que transcende a todos os outros; esse é que seria “o” auditório universal.

Falando de auditório universal, não podemos deixar de apresentar uma questão relevante: a distinção entre *persuadir* e *convencer*. Perelman chama *persuasiva* a argumentação que pretende valer para um só auditório e *convincente* a que deveria obter a adesão de todo ser racional. Assim, nas palavras de Perelman (1996, p. 36): “No limite a retórica eficaz para um auditório universal seria a que manipula apenas a prova lógica ...” O que ocorre é que esse *consentimento universal* na verdade não existe. Os *fatos objetivos* e as *verdades evidentes*, criados pelos homens, mudaram muito no decorrer da história.

Ao falarmos de verdades, recorremos a Rorty (1998, p. 19): “(...) o único critério que temos para aplicar à palavra ‘verdadeiro’ é a justificação, e a justificação é sempre relativa a

¹⁷ Em nossa dissertação, adotamos o seguinte raciocínio: quando ocorre a argumentação perante um único “ouvinte”, o “orador” está trabalhando através da idéia que faz desse “ouvinte”, com um determinado auditório particular.

uma audiência. Assim, é também relativa à perspectiva dessa audiência – aos propósitos que tal audiência quer consumir e à situação na qual ela se encontra.” Dessa forma, em vez de buscar um auditório universal absoluto, quase onipresente, melhor seria caracterizar cada orador pela imagem que ele faz do auditório universal que busca persuadir.

Quando uma argumentação dirigida ao auditório universal não convence a todos, um recurso que cabe é a desqualificação do recalcitrante. No entanto, esse recurso só pode ser usado quando o número e o valor intelectual dos proscritos não coloca em risco tal atitude. Caso isso possa se dar, o melhor é opor ao auditório universal um auditório de elite, o qual só encarnaria o auditório universal para aqueles que reconhecessem seu papel de vanguarda e modelo. Para os demais, ele seria apenas um auditório particular.

Perelman afirma também que alguns auditórios especializados, como o dos cientistas dirigindo-se à comunidade científica, por exemplo, são, às vezes, assimilados ao auditório universal. Afirma também que ocorre o mesmo quando o assunto é *moral*, pois esperamos que nossos juízos sejam confirmados pelos outros. No entanto, esses *outros* não seriam quaisquer *outros*, mas aqueles que refletiram adequadamente sobre a conduta que aprovamos ou não.

Passemos, a seguir, a falar sobre a argumentação perante um único ouvinte, ou seja, o auditório identificado como o parceiro do diálogo unicamente. Essa espécie de diálogo destaca a importância da dialética. Isso foi proclamado na Antiguidade, quando foi estabelecida a primazia da dialética sobre a retórica. Em relação aos diálogos, Perelman analisa dois casos extremos: o diálogo heurístico e o erístico¹⁸, dizendo que ambos são casos excepcionais e que, nos diálogos do dia-a-dia, o objetivo dos participantes seria simplesmente persuadir seu auditório. Dessa forma, não nos ocuparemos, neste trabalho, com o diálogo heurístico, nem com o erístico, tendo em vista a especificidade e o caráter excepcional de

¹⁸ O diálogo heurístico é aquele no qual o interlocutor é considerado uma encarnação do auditório universal. O diálogo erístico, por sua vez, teria por objetivo a dominação do adversário.

ambos. Da mesma forma, não trataremos, nessa dissertação, do tipo de auditório representado pelo indivíduo que delibera consigo mesmo.

Retomando o conceito de auditório universal e estabelecendo uma relação entre ele e as outras espécies de auditório, podemos dizer que o parceiro do diálogo e o indivíduo que delibera consigo mesmo são sempre encarnações precárias do auditório universal, tendo em vista que esse transcende a todos os outros. (PERELMAN, 1996)

Por outro lado, quanto ao fato de um “ouvinte” único ser a encarnação do auditório universal, isso nem sempre se dá de uma maneira efetiva. Em muitos casos, esse “ouvinte” único é a encarnação de um auditório particular. Isso ocorre especificamente quando o interlocutor é considerado uma amostra de todo um grupo. A escolha do “ouvinte” único vai refletir o modo como o orador vê o grupo do qual esse indivíduo faz parte. Assim, quando o orador escolhe o indivíduo para encarnar o auditório particular a que se dirige, deixa clara a idéia que ele faz desse auditório. Quanto a isso, não podemos negligenciar o fato de ser raro o discurso midiático impresso cujo destinatário individualizado não deva ser considerado a encarnação de um determinado auditório particular.

Assim, não perdemos de vista o fato de que o objetivo da argumentação é a obtenção da adesão e, portanto, ratificamos a relevante atenção que deve ser dada ao auditório, quando estamos trabalhando com discursos predominantemente argumentativos. Passemos então a tratar, especificamente, da questão do auditório, em nosso *corpus*.

Um dos primeiros e mais relevantes problemas com o qual nos deparamos, ao iniciar a análise do *corpus*, foi a identificação do auditório do discurso gay.

No caso dos autores dos artigos que compõem o *corpus*, diremos que eles “pensam” no auditório a que querem persuadir, que seriam os leitores da revista G Magazine, público predominantemente gay. Esse seria então o auditório presumido e, dessa forma, um auditório particular.

Quando Perelman afirma que a cultura própria de cada auditório pode ser vista nos discursos destinados a cada um deles, autoriza-nos a ver, no discurso destinado aos gays, como é o caso do *corpus*, o reflexo da cultura própria dos gays.

Poderíamos dizer que cada leitor da revista G Magazine é um “ouvinte”¹⁹ único.

Prudente então é considerar nosso leitor como a encarnação de um auditório particular, mesmo porque ele pode ser considerado como uma parte de todo um grupo: o grupo dos gays.

A maneira como o autor vai escolher esse “ouvinte” único vai refletir o modo como ele (autor) vê o grupo do qual esse “ouvinte” faz parte. Assim, em nosso *corpus*, analisaremos a forma como os autores se dirigem aos leitores, ou seja, o modo como os autores vêem esse seu auditório presumido.²⁰

Em relação ao auditório, especificamente falando, podemos dizer que o preconceito em relação aos gays é uma temática que está presente em todos os artigos que constituem o *corpus*.

O caso mais recorrente é aquele em que o articulista vê o gay como vítima do preconceito da sociedade brasileira. Isso foi constatado, também, nos dez artigos que foram analisados.

Chamamos a atenção para um caso específico, o qual se encontra no anexo 3. Nele, temos uma carta que fora enviada, inicialmente, à revista *Veja* e, posteriormente, publicada na revista G Magazine. Trata-se de um caso específico porque a carta original foi redigida para influenciar outro auditório e não o auditório particular dos gays. No entanto, uma vez publicada na revista G Magazine, passa a ser dirigida, ainda que indiretamente, ao auditório particular em questão. O autor da carta começa parabenizando a revista *Veja* pelos seus 35 anos e, logo em seguida, aponta o preconceito da revista em relação à homossexualidade.

¹⁹ Usamos aqui, metaforicamente, o termo “ouvinte”, em vez de “leitor”, pois estamos considerando o discurso da revista G Magazine como uma “fala” destinada a um auditório particular.

²⁰ Leitores da revista G Magazine e, em última análise, os gays.

2.3- OS VALORES NO DISCURSO GAY

Perelman (1996) nos diz que quanto aos tipos de objetos dos acordos que podem servir de premissas às argumentações, esses podem ser agrupados em duas categorias, a saber:

- i) a que é relativa ao real; que comporta os fatos, as verdades e as presunções; e que tem uma pretensão de validade para o auditório universal; e
- ii) a que é relativa ao preferível; que comporta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível; e que tem a pretensão de validade para um auditório particular.

Interessa-nos, particularmente, em nossa dissertação, o estudo dos valores, por estarmos trabalhando com um auditório particular, ou seja, o auditório do discurso gay.

Perelman nos esclarece, a respeito do acordo acerca de um valor:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e às disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à idéia de multiplicidade dos grupos. (PERELMAN, 1996, p. 84)

Assim, fica claro que os valores, como objetos de acordo, não almejam a adesão do auditório universal, ou seja, eles não se impõem a todas as pessoas e a todos os grupos. De qualquer forma, pode acontecer que alguns valores sejam tratados como fatos ou verdades. Isso pode ocorrer quando estamos diante de valores universais ou absolutos, tais como o verdadeiro, o belo, o bem, etc. A pretensão desses valores (universais) ao acordo universal é válida enquanto eles mantêm sua generalidade. A partir do momento em que seu conteúdo começa a ser especificado, o que passaremos a ter é a adesão de auditórios particulares. Dessa

forma, podemos dizer que é justamente por manterem o *status de vagos* que os valores se aproximam dos fatos. Nas palavras de Perelman (1996, p. 86):

É, portanto, na medida em que são vagos que esses valores [valores absolutos] se apresentam como universais e pretendem um estatuto semelhante ao dos fatos. Na medida em que são precisos, apresentam-se simplesmente conforme as aspirações de certos grupos particulares. Seu papel é, pois, justificar escolhas sobre as quais não há acordo unânime, inserindo essas escolhas numa espécie de contexto vazio, mas sobre o qual reina um acordo mais amplo.

Quanto a uma segunda categorização dos valores, Perelman os divide em abstratos e concretos.

Aqui, interessa-nos tão somente a constatação de que a mudança incita a argumentação sobre os valores abstratos, enquanto o conservadorismo estriba-se em valores concretos.

Fazendo um paralelo com a lei da Física denominada “Lei da Inércia”, Paulhan²¹, (apud Perelman, 1996) apresenta a inércia psíquica e social, presente nas consciências e nas sociedades, respectivamente:

[é] fácil encontrar razões para os atos singulares, difícil para os atos comuns. Um homem que come carne de vaca não sabe por que come carne de vaca; mas, se trocar para sempre a carne de vaca pelo salsífi ou pelas rãs, não o fará sem inventar mil provas, umas mais eruditas do que as outras.

Em outras palavras: se por um lado a inércia conta com o normal, com o atual, com o habitual, sem necessidade de justificação, por outro lado, toda mudança deve ser devidamente justificada.

Em alguns casos, em que a mudança não é possível, substitui-se sua justificação pela tentativa de provar que não houve mudança real. Deve-se notar que a justificação da mudança

²¹ PAULHAN, J. *Les Fleurs de Tarbes ou la terreur dans les lettres*, Paris, Gallimard, 1941, N.R.F. p. 212

e a tentativa de provar que não houve mudança não são dirigidas ao mesmo auditório, embora ambas se prestem a atender às exigências da inércia na vida social.

A inércia exerce assim uma espécie de força que atua em favor do estado de coisas existente, o qual só deve ser modificado se houver razões devidamente justificadas. Essa *força* é o que Bentham chama de sofisma do medo da inovação.

Em relação ao *corpus*, devemos lembrar que a argumentação é construída tendo em mente o auditório presumido, com o intuito de influenciá-lo. Dessa forma, a argumentação vai se estribar nos valores que o auditório admite como válidos, ou seja, os valores relevantes para os leitores da revista G Magazine, que aqui aparecem como representantes dos gays.

Os valores mais recorrentes encontrados foram valores universais ou absolutos, os quais almejaríamos a adesão do auditório universal. São eles: *a igualdade e o respeito*. Por outro lado, são também classificados como valores abstratos, o que estaria indo ao encontro do objetivo da argumentação dos articulistas, ou seja, a provocação de uma mudança na sociedade brasileira, traduzida por uma maior aceitação dos homossexuais.

Passemos à análise de trechos do *corpus* que corroboram a defesa desses valores por parte dos articulistas:

“Há muito tempo arcamos com os mesmos deveres civis de qualquer pessoa, porém, somos restringidos quando a discussão atinge o campo dos direitos sociais.”

(anexo 5)

No trecho acima, o articulista reclama a igualdade de direitos para os gays, afirmando que eles arcam com os mesmos deveres que os demais cidadãos. Trata-se da busca de um valor abstrato: a igualdade. Esse valor, exatamente por ser abstrato e,

conseqüentemente vago, torna-se adequado para a intenção do articulista, ou seja, a obtenção de uma mudança na sociedade brasileira: a promoção da igualdade de direitos entre os gays e os demais cidadãos.

“Melhorar a educação significa investir no seu maior patrimônio: os professores. Abrir seus olhos para o sofrimento dos homossexuais nas salas de aula. Nas mãos dos mestres esclarecidos está a possibilidade de uma escola democrática em que haja lugar para todos.” (anexo 7)

No trecho acima, o articulista denuncia o desrespeito aos gays, nas escolas. Temos aqui, mais uma vez, a busca de um valor abstrato: o respeito. Do mesmo modo que o outro trecho anteriormente analisado, reforçamos o fato de que, por ser abstrato, o valor *respeito* mostra-se adequado para a promoção de uma mudança de mentalidade da sociedade brasileira em relação aos homossexuais.

CAPÍTULO 3 – AS OUTRAS VOZES

Tendo analisado o auditório do discurso gay e os valores que estribam a argumentação desse discurso, passemos agora à identificação das diferentes vozes que se fazem ouvir. Para isso, recorremos a Ducrot (1987), segundo o qual as pesquisas sobre linguagem tomam como certa a idéia de que cada enunciado possui um e somente um autor. É exatamente esse postulado que Ducrot quer questionar, através do conceito de polifonia. É por intermédio desse conceito que ele vai propor a identificação de vários sujeitos em um mesmo enunciado. A idéia principal é a que reside na distinção entre enunciador e locutor. Desse modo, a descrição da enunciação depende da descrição de seus personagens enquanto elementos que a reproduzem e representam. Assim, a teoria polifônica institui, no contexto da enunciação, duas espécies de locutores: um corresponde ao ser responsável pelo discurso, o “Locutor L”; enquanto o outro é representado como “Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo” (λ)²²

Para Ducrot, a frase é uma entidade abstrata. Corresponde a um conjunto de palavras que se combinam de acordo com regras de sintaxe. É um objeto teórico que, para o lingüista, não pertence ao domínio do observável. Apesar de não apontar para o responsável pelos pontos de vista, marca o lugar desse responsável²³ e também o lugar do responsável pela enunciação²⁴, o que, no caso de nossa análise, é muito pertinente, já que aqui consideramos que o sujeito enunciador repercute diferentes pontos de vista, alguns dos quais o sujeito locutor compartilha.

Caso particular do que estamos discutindo apresenta-se no anexo 8. Vejamos um trecho do referido anexo:

²² Não trataremos aqui do caso do *Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo*, já que estamos concentrando nossa análise na noção de *auditório* e também devido ao fato de que Ducrot, posteriormente, modifica e abandona essa concepção de locutor.

²³ nesse caso, lugar do enunciador

²⁴ o lugar de um locutor

“Para o jovem que se percebe atraído por outros homens e se sente isolado no seu desejo, a pornografia é normalmente a porta de entrada para o exercício de sua sexualidade. Onde mais esse jovem vai poder explorar de forma aberta seus desejos e sentimentos?”

A voz do locutor é preconceituosa, porque coloca o jovem homossexual fadado à pornografia e apresenta os homossexuais como indivíduos estigmatizados socialmente e irremediavelmente impelidos à busca da pornografia como única maneira de exercitar sua sexualidade. É uma voz que promove uma exclusão social: a dos homossexuais. O locutor, através da sua voz, identifica-se com um enunciador, aqui não identificado claramente, o qual surge como porta-voz da sociedade brasileira preconceituosa.

Neste ponto, faz-se necessário recorrer à Teoria Polifônica de Ducrot (1987) para explicarmos três conceitos essenciais, a saber: autor empírico, locutor e enunciador. Inicialmente, diremos que, segundo esse autor, há três personagens do discurso: o *locutor*, o *destinatário* e o *ouvinte*, cada um deles expressando distintos estatutos semântico-discursivos. Assim, o *destinatário* constitui-se como *ouvinte*, embora um *ouvinte* possa não ser o *destinatário*, mas apenas quem presencia o discurso. Tal fato é explicado pelo sentido do enunciado, sentido esse que se manifesta através de sua enunciação, ou seja, o sentido do enunciado comporta uma alusão à sua enunciação e, desse modo, interpretar um enunciado é ler uma descrição de sua enunciação.

Retomando a explicação dos conceitos elencados no início do parágrafo anterior, diremos que, para nós, os autores empíricos, ou sujeitos falantes são os produtores físicos dos enunciados, os autores efetivos, cuja natureza na enunciação encontra-se condicionada ao papel dos interlocutores no discurso²⁵. Eles são, no nosso *corpus*, aqueles que assinam os

²⁵ Para nós, “os interlocutores no discurso” constituir-se-á no conceito de “auditório”, desvinculando-nos do clássico postulado de Ducrot locutor/destinatário e enunciador/alocutário.

artigos. O que há de comum entre eles é que através das marcas em seus discursos²⁶ podemos dizer que todos fazem parte do grupo dos homossexuais. Além disso, todos estão ligados, de uma forma ou de outra, ao movimento gay. O simples fato de estar escrevendo em uma revista gay, já nos autoriza chegar a essa última conclusão.

Quanto ao locutor (L), podemos dizer que ele é o responsável pela enunciação. Segundo Ducrot (1987, p. 182), o locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado. É a ele que se referem o pronome ‘eu’ e as outras marcas de primeira pessoa.” Através dessas marcas, podemos identificar se o locutor confirma ou nega os juízos sociais, polifonicamente enunciados.

Uma observação importante é a de que o locutor, “ser de discurso”, não se confunde com o autor empírico.

Quanto ao enunciador, não se pode atribuir a ele, em sentido restrito, nenhuma palavra. Segundo Ducrot (1987, p. 192):

Chamo enunciadores estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido de que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras.

Para facilitar a compreensão da distinção entre o locutor e o enunciador, Ducrot (1987, p. 192) apresenta uma rica comparação: “o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor.”

Ao analisarmos os enunciadores, percebemos, muitas vezes, a existência de uma voz anônima, indeterminada. Para explicá-la, recorreremos a Alain Berrendonner (1981) que, ao

²⁶ Uso do verbo na 1ª pessoa do plural, uso dos pronomes de 1ª pessoa, declarações explícitas, entre outras.

fazer a análise semântica de verbos de asserção²⁷, questiona o esquema tradicional de comunicação, o qual estabelece somente “destinador” e “destinatário”. Ao analisar os citados verbos, Berrendonner identifica instâncias enunciativas diferentes: o locutor, que afirma um conteúdo, e uma voz anônima, coletiva, chamada por ele de “ON”, que seria então essa voz geral, indeterminada.

No artigo do anexo 4, chamamos a atenção para essa questão:

“Acho que o melhor caminho é o esclarecimento e a visibilidade. Mostrar que somos seres humanos iguais a qualquer um. Que cumprimos todos os nossos deveres enquanto cidadãos e que merecemos respeito.”

Quando o locutor diz *“Mostrar que somos seres humanos iguais a qualquer um”*, notamos a existência de um processo negativo, quanto ao valor da argumentação. É como se uma voz anônima se fizesse ouvir, dizendo que os gays não são seres humanos iguais a qualquer um. Essa voz anônima é o que Berrendonner chamou de “ON”. Nesse aspecto, a polifonia veicula distintos valores compatíveis com distintos auditórios.

Aqui, propomos um raciocínio através do qual relacionamos o conceito de *auditório* ao conceito de *polifonia*.

Sendo o auditório o conjunto daqueles que o que o orador quer influenciar com sua argumentação e lembrando que cada cultura tem sua própria concepção do auditório universal (PERELMAN, 1996), entendemos a sociedade brasileira identificada com o auditório universal e, dessa forma, almejando o acordo desse auditório. Sendo assim, a voz da sociedade não pode veicular o preconceito, pois, para obter o acordo do auditório universal, ela deve ser politicamente correta. O preconceito surge então através da voz de enunciadores,

²⁷ “prétendre” e “convenir”, respectivamente: afirmar e concordar

muitas vezes identificados com o “ON” de Berrendonner, ou seja, surge através de uma voz anônima, coletiva e indeterminada. É ela que, no exemplo anterior (anexo 4), veicula o preconceito. Essa voz preconceituosa identifica-se com um auditório particular, representado por uma parcela da sociedade brasileira que nutre preconceito acerca da orientação sexual dos gays, buscando, assim, o acordo desse auditório. Na verdade, o que essa voz faz é refletir o preconceito da sociedade brasileira que, como dissemos no parágrafo anterior, não pode veicular, de forma explícita, o preconceito, pois, ao buscar o acordo do auditório universal, fica presa à exigência de ser politicamente correta. Para esclarecermos o termo²⁸, recorreremos a Soares L (1998, p. 221):

“[politicamente correto é] um processo em curso, aberto e de conseqüências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, [diz respeito] a um processo de renovação do que poderíamos chamar de educação vulgar e básica. (...) Funciona como uma gravitação sociológica, impelindo os indivíduos a constantes negociações e renegociações de sentidos e valores.”

Em última análise, podemos dizer que a voz dos articulistas da revista G Magazine, que são os produtores físicos do enunciado e não têm realidade intralingüística, enquanto identificada com a voz dos locutores (responsáveis pela enunciação) denuncia o preconceito contra os homossexuais e para isso, deixa ouvir, em seu discurso, a voz preconceituosa, identificada por nós, no caso específico acima destacado, como sendo o ON de Berrendonner. Por outro lado, essa voz preconceituosa, algumas vezes, foi identificada como sendo a voz do próprio locutor, responsável pela enunciação.

Continuando nosso raciocínio, podemos dizer que a voz dos articulistas²⁹ busca o acordo de um auditório particular, ou seja, os próprios leitores da revista. Essa voz identifica-

²⁸ Definição discutida no item 1.2 do capítulo 1.

²⁹ Identificada com a voz dos locutores

se com a voz de uma minoria oprimida, ou seja, os gays. Ela, paradoxalmente, discursiviza o preconceito socialmente interdito.

Vejamos o quadro abaixo, que mostra, de forma objetiva, nossa proposta de associação dos conceitos de *auditório* e *polifonia*, explicada nos parágrafos anteriores:

AUDITÓRIO	POLIFONIA	“RESPONSÁVEL” PELA VOZ	VEICULAÇÃO DO PRECONCEITO
Auditório Universal	Voz da Sociedade Brasileira	A Sociedade Brasileira, tomada como um todo.	Não pode veicular o preconceito, por pretender o acordo do auditório universal e, para isso, ter que ser politicamente correta.
Auditório particular	Voz preconceituosa	1. enunciadores, muitas vezes identificados como sendo o “ON” de Berrendonner; 2. Locutores	Veicula o preconceito
Auditório particular	Voz que se coloca contra o preconceito	Articulistas da revista G Magazine (enquanto produtores físicos do enunciado e, portanto, tratando-se de uma representação externa à fala) identificados com os locutores (entidades que têm realidade intralingüística)	Denuncia o preconceito

Analisando o porquê de a sociedade brasileira ser tão preconceituosa, retomamos o que foi dito no item 1.2 do capítulo 1. Parece-nos que a melhor explicação para a existência

desse preconceito está no que Nunan (2003) chamou de causas sociais. O preconceito seria uma crença da sociedade acerca dos comportamentos considerados corretos. A homossexualidade teria sido considerada, então, como sendo uma prática inaceitável e os indivíduos teriam aprendido isso desde cedo. Daí decorre outra conclusão. Tendo a sociedade estabelecido que a homossexualidade não era aceitável, os indivíduos, a fim de serem socialmente aceitos e não sofrerem punições, acabaram corroborando o preconceito contra os gays, fazendo com que ele se perpetuasse ao longo do tempo.

Fazendo um paralelo entre Ducrot e Berrendonner, podemos dizer que o que Ducrot promove, com sua teoria, é a ampliação da noção de ato de linguagem. Quando ele diz que o locutor faz de sua enunciação uma espécie de representação, em que a fala é dada a diferentes personagens, acaba alargando a noção de ato de linguagem. Por outro lado, quando Berrendonner recusa o “desdobramento polifônico” proposto por Ducrot, nem por isso deixa de adotar uma concepção polifônica da língua. Isso fica claro quando Berrendonner postula a existência das instâncias discursivas e quando admite ainda que o locutor, responsável pela enunciação, pode incorporar em seu discurso verdades sustentadas por outras instâncias.

Para ilustrar o que foi dito no parágrafo anterior, recorreremos ao artigo do anexo 3:

“Valeu Itaú – os gays também querem prestígio, viajar, garantir o futuro, realizar planos, investir, querem praticidade e agilidade – adorei a campanha do Itaú.”

O que vemos aqui é que a oferta de viagens, praticidade, investimentos etc. não é dirigida aos gays. Isso fica claro com a frase *“eles também querem”*. O banco em questão oferece então aos gays o que eles também querem, ou seja: prestígio, viajar, garantir o futuro, realizar planos, investir, praticidade e agilidade. Vemos aqui que o locutor, responsável pela

enunciação, incorpora em seu discurso verdades sustentadas por outra instância, no caso, a voz das agências de publicidade que trabalham para o Banco Itaú.

Outra observação importante é que, em um mesmo enunciado, podemos identificar mais de um locutor. É o que Ducrot chamou de *fenômeno da dupla enunciação*. Tomemos como exemplo o seguinte trecho do anexo 1:

“Será que o troco não seria o certo? Ao invés de vítima, nos tornássemos os agressores. Será que a polícia continuaria arquivando os crimes contra os homossexuais? De certo, aquela frase: ‘foi ele quem procurou, poderia não ter trazido para casa’ os ‘homens da lei’ não falaria mais. Por outro lado, colocaria de imediato o homossexual agressor atrás das grades. ‘além de ser bicha, se acha com o direito de matar. Só porque o cara não queria nada com ele.”

No trecho acima, temos, de um lado um locutor (L1) que fala em nome dos gays e se identifica com eles e do outro lado, temos outro locutor (L2) que veicula o preconceito de forma explícita. Podemos dizer que ambos os locutores identificam-se com auditórios particulares e, ao mesmo tempo, buscam o acordo desses auditórios. L1 busca o acordo do auditório particular dos gays, denunciando o preconceito. Por outro lado, L2 fala representando a voz de um policial e busca o acordo de um auditório particular que, nesse caso, podemos identificar como sendo formado pelos indivíduos que repudiam a orientação sexual do gay.

Tendo apresentado algumas generalidades acerca das vozes que se fazem ouvir no discurso gay, passemos a apresentar os tipos de preconceito encontrados.

A fim de facilitar as análises, dividimos os preconceitos em quatro grupos, a saber: preconceito da sociedade; das instituições; do gay contra o próprio gay; do grupo minoritário para o grupo majoritário, ou “preconceito defensivo³⁰” e o preconceito dos homofóbicos.

O preconceito da sociedade para com os gays, juntamente com o preconceito dos gays contra os próprios gays foi o que apresentou maior número de ocorrências. Aqui cabe ressaltar que o preconceito do gay contra os próprios gays, muitas vezes nada mais é do que o reflexo do preconceito da sociedade.

Prosseguindo, constatamos que o preconceito das instituições e o preconceito defensivo tiveram algumas poucas ocorrências e o preconceito dos homofóbicos foi o que menos ocorrências apresentou.

Vejamos cada grupo isoladamente.

³⁰ Nomenclatura de nossa autoria que significa o preconceito do grupo minoritário (o dos homossexuais) contra o grupo majoritário (o dos heterossexuais), ou preconceito “às avessas”.

3.1- O PRECONCEITO DA SOCIEDADE

O preconceito da sociedade contra os gays, na maioria das vezes, aparece através da voz de um enunciador que nada mais é que o “ON” de Berrendonner, ou seja, uma voz que, como já dissemos, aparece como porta-voz da sociedade brasileira que, por sua vez, tem sua voz interdita para veicular o preconceito. É o que ocorre no trecho do anexo 4, já analisado anteriormente:

“Mostrar que somos seres humanos iguais a qualquer um. Que cumprimos todos os nossos deveres enquanto cidadãos e que merecemos respeito.”

Identificamos também casos em que o próprio locutor denuncia o preconceito da sociedade, ou deixa que esse preconceito se reflita, através do seu discurso. Vejamos alguns trechos do *corpus* que apresentam a essa situação:

“...os canais concessão-pública de televisão continuam promovendo a homofobia quando humilham os homossexuais, na luta por pontos de audiência...” (anexo 9)

Se humilhar homossexuais é uma forma de os canais de televisão obterem pontos de audiência, é porque grande parte dos telespectadores aceita e compactua com essa visão caricatural e estereotipada do homossexual. A fala do locutor denuncia o preconceito da sociedade brasileira em relação à orientação sexual. Aqui podemos explicar a existência do preconceito através da teoria de deslocamento da agressividade³¹. As hostilidades, a frustração e infelicidade dos telespectadores estariam sendo direcionadas contra os gays. No caso em

³¹ Teoria já apresentada no item 1.2 do capítulo 1

questão, o locutor, responsável efetivo pela enunciação, ao denunciar, através de sua voz, o preconceito da sociedade brasileira contra os gays, identifica-se com o auditório particular dos homossexuais.

Passemos para a análise de outro trecho:

“Segundo dados da Anistia Internacional, o Brasil pode ser equiparado ao Irã, ao Sudão, ao Zimbábue e ao Iraque, países que lideram os casos de homofobia mundial. Com uma diferença muito importante: embora naqueles países exista a pena de morte para homossexuais, lá acontecem menos execuções do que os assassinatos de homossexuais em nosso país. O Brasil, sim, é que tem a verdadeira pena de morte para os gays.” (anexo 9)

O locutor, através da revista G Magazine, é o porta-voz da minoria representada pelos gays. Esses tomam a palavra para denunciar o preconceito e a discriminação contra os homossexuais, buscando o acordo do auditório particular, ou seja, os leitores da citada revista.

Prossigamos com a análise de mais um trecho do *corpus*:

“...a idéia de ‘opção sexual’ parece-nos totalmente incorreta. A hipótese da possibilidade de opção por ser ou não ser homossexual é tão absurda quanto perguntarmos para um heterossexual quando ou em que momento ele (ou ela) decidiu, por livre e espontânea vontade, ser heterossexual e não homossexual.” (anexo 10)

A expressão “*opção sexual*” não é veiculada através da voz do locutor gay. É, sem dúvida, a voz de um outro locutor, e o que nos autoriza a pensar assim é o fato de a fala aparecer entre aspas. Essa voz preconceituosa sugere que as pessoas “optam” por ser homossexuais. O preconceito fica mais explícito, quando o locutor ilustra que usualmente não

se pergunta a um heterossexual quando ele resolveu ser heterossexual. Ou seja, a pergunta só é aceita quando dirigida aos homossexuais. É um preconceito da sociedade que o locutor denuncia, através de sua própria voz. Essa discussão obriga-nos a retomar o conceito de auditório e de valor em Perelman. No caso em questão, o processo argumentativo oscila entre uma valoração positiva ou negativa do termo “opção sexual”, conflitante em distintos auditórios. No caso do auditório universal, politicamente correto, o termo “opção sexual” não pode ser considerado adequado, justamente pela pretensão ao acordo do auditório universal. Já no caso dos auditórios particulares, temos duas possibilidades: o auditório particular identificado com a voz dos locutores gays não considera o termo adequado, julgando-o preconceituoso. Por outro lado, o auditório particular identificado com a voz preconceituosa, defende o uso do termo “opção sexual”, sugerindo que a homossexualidade é uma questão de escolha. Dessa forma, podemos afirmar que as enunciações polifônicas presentes na revista G Magazine repercutem valores que, nas argumentações, são pertinentes a distintos auditórios.

3.2- O PRECONCEITO DAS INSTITUIÇÕES

O preconceito relacionado às instituições, identificado no *corpus*, ficou representado pelos seguintes segmentos: Polícia, Religião e Escola.

Das instituições, a Religião foi a que mais apareceu como voz moralista e conservadora. Passemos a duas análises, ambas de trechos do anexo 4:

“... a Tora fala que ‘o homem não pode fazer as vezes de uma mulher’. Entendo que isso se refere única e exclusivamente à penetração. A proibição e a condenação parece-me que só se restringe a isso. Pois quando se fala no encontro de almas gêmeas não há uma referência ao sexo.”

Inicialmente, temos, mais uma vez, um caso de dupla enunciação. Além da voz do primeiro locutor gay (L1)³², temos ainda a voz da Religião (aqui, simplificada, explicada pelos dogmas religiosos), identificada como sendo um segundo locutor (L2): *“o homem não pode fazer as vezes de uma mulher”*. Essa segunda voz (voz da Religião) mostra-se, explicitamente, conservadora.

Prosseguindo com a análise, diríamos ainda que o locutor L1 mostra-se preconceituoso ao identificar-se com a voz do locutor L2 Religião, pois parece defender uma relação homossexual sem sexo.

Podemos dizer que L1 identifica-se com o auditório particular dos gays, quando sua voz denuncia a postura conservadora da Religião. Em contrapartida, identifica-se também com o auditório particular da Religião, quando compactua com a postura conservadora, ao defender uma relação homossexual sem sexo.

³² Identificamos marcas como “entendo”, “parece-me”.

Passemos para a segunda análise:

“Finalizando essa questão religiosa, em relação à homossexualidade, existem outros pecados considerados abomináveis e com o mesmo grau, como por exemplo: masturbação...”

A voz do locutor aparece denunciando a postura conservadora da Tora, pois, se ela diz que existem “outros pecados considerados abomináveis” é porque a homossexualidade é considerada, por ela, como sendo um pecado abominável. Assim, ao denunciar a postura conservadora, a voz do locutor identifica-se com o auditório particular dos gays e a voz religiosa da Tora aparece buscando o acordo de outro auditório particular, o dos que seguem seus postulados religiosos.

Analisando ainda o caso do preconceito da instituição *Religião*, gostaríamos de apresentar um caso que parece, inicialmente, denunciar uma postura preconceituosa do locutor, mas que, após uma análise mais criteriosa, denuncia também o preconceito religioso. O trecho encontra-se no anexo 5:

“De forma clara mostra-nos Jesus que a lei civil e a lei religiosa têm competências distintas. Direitos e obrigações civis são uma coisa, responsabilidade religiosa, outra.”

Como dissemos, uma análise inicial apontaria o locutor como voz preconceituosa, pois quando ele diz: “Direitos e obrigações civis são uma coisa, responsabilidade religiosa, outra” afirma que os gays devem ter seus direitos e obrigações civis assegurados, excluindo-os do contexto religioso. Parece afirmar assim que os gays não têm responsabilidade religiosa. É, sem dúvida, a voz do locutor que se faz ouvir. No entanto, ele simplesmente reflete a voz das religiões, que de um modo geral, não aceitam a homossexualidade. Sob esse ângulo, podemos

identificar a instituição *Religião* com um auditório particular que, sem o compromisso de buscar o acordo do auditório universal, mostra-se explicitamente conservadora. No caso em questão, o gay se vê excluído e o que o locutor faz é explicitar essa exclusão. Por outro lado, não podemos negar que, apesar de refletir a voz das religiões, o locutor acaba, de algum modo, através do seu discurso, identificando-se com ela, refletindo, ainda que discretamente, o fenômeno da aprendizagem social.³³

Passando à análise de outra instituição, a *Polícia*, vejamos um caso em que a voz dos policiais aparece carregada de preconceito:

“Será que o troco não seria o certo? Ao invés de vítima, nos tornássemos os agressores. Será que a polícia continuaria arquivando os crimes contra os homossexuais? De certo, aquela frase: ‘foi ele quem procurou, poderia não ter trazido para casa’ os ‘homens da lei’ não falaria mais. Por outro lado, colocaria de imediato o homossexual agressor atrás das grades. ‘além de ser bicha, se acha com o direito de matar. Só porque o cara não queria nada com ele.’” (anexo 1)

Aqui, identificamos, mais uma vez, o fenômeno da dupla enunciação: de um lado temos um locutor (L1) que fala em nome dos gays e se identifica com eles e do outro um locutor (L2) representado pela voz da polícia. L2 apresenta um preconceito explícito, carregado de violência: tenta justificar um homicídio praticado contra o homossexual através do argumento de que o gay fora o verdadeiro responsável, pois, na busca de uma aventura sexual, teria levado o criminoso para casa.

Outra marca de preconceito veiculada por L2 pode ser identificada no trecho que destacamos a seguir: *“além de ser bicha, se acha com o direito de matar.”* Aqui, o fato de ser

³³ Conceito já apresentado no item 1.2 do capítulo 1

“bicha” aparece através da voz da polícia como sendo algo extremamente errado, no mesmo nível de gravidade que um crime contra a vida. L2 busca o acordo de um auditório particular que podemos identificar como sendo o dos homofóbicos.

O preconceito presente na instituição *Escola*, representado pela voz dos professores, colegas e funcionários, pode ser mostrado com o seguinte trecho do anexo 7:

“... não podemos nos furtar de ir à escola. Mesmo sendo duro ter que conviver com colegas, professores e funcionários que despejam sobre nós uma imensa carga de preconceito e infernizam nossas vidas com comentários do tipo: ‘fale como homem!’”

O preconceito aqui é, mais uma vez, explicado pelo caso da dupla enunciação. A voz preconceituosa é a do locutor L2, identificado pela voz dos colegas, professores e funcionários, representando a instituição *Escola*. Quando colegas, professores e funcionários dizem: “*fale como homem!*”, temos uma irrefutável prova da existência do preconceito. O gay é obrigado a falar como homem pela imposição causada pela aprendizagem social. E o que ocorre é que, muitas vezes, impelido pela conformidade normativa, ele acaba cedendo às exigências da sociedade preconceituosa. Aqui apontamos a existência de valores de diferentes auditórios: o auditório particular dos gays que valoriza a liberdade de expressão da sexualidade e, por outro lado, o auditório particular identificado com a instituição *Escola*, que reprime essa liberdade. Mais uma vez, apontamos o caso em que um auditório particular toma a palavra para veicular o preconceito da sociedade que, apesar de altamente preconceituosa, tem sua voz interdita para mostrar-se dessa forma, por pretender o acordo do auditório universal.

3.3- O PRECONCEITO DO GAY CONTRA O PRÓPRIO GAY

Esse foi o preconceito que, juntamente com o da sociedade, teve a maior incidência. Em relação a esse caso específico de preconceito, podemos dizer que, na maioria das vezes, o que ocorre é o caso clássico da conformidade normativa, ou seja, o gay apresenta preconceito contra seu próprio grupo (o grupo dos gays), a fim de se encaixar no ponto de vista da maioria.

Vejamos um fragmento, do anexo 1, em que o locutor, gay, identifica-se com o preconceito da sociedade:

“Penso: será que é tão grave duas pessoas do mesmo sexo se darem as mãos e/ou trocar juras de amor abertamente, sem medo ou desconfiança?”

A voz que se faz ouvir é a do locutor: “penso”. Por outro lado, apontamos a voz de um enunciador E1 que postula a existência de um certo grau de gravidade no fato de duas pessoas do mesmo sexo se darem as mãos e/ou trocarem juras de amor abertamente, sem medo ou desconfiança. Quando o locutor L se identifica com esse enunciador E1, ele se mostra igualmente preconceituoso. Esse enunciador E1 nada mais é que o “ON” de Berrendonner. Podemos relacioná-lo a um auditório particular, através do qual o preconceito é veiculado.

Apresentamos, a seguir, outro trecho, também do anexo 1, em que o locutor fala em nome dos gays, incluindo-se na fala e mostrando a influência da sociedade no seu modo de viver. É a pressão social que gera a conformidade normativa:

“Sabemos que a discriminação é tão forte que preferimos negar-nos a estar bem com quem convivemos, ou até mesmo a brigar, porque a pessoa insinuou-se de forma não-

convencional ou portou-se de forma muito ousada à frente de outros. Até que ponto vamos permitir que a sociedade abarrotada de erros e maldades possa conduzir nossa vida?”

O locutor não só fala em nome dos gays, como também se inclui na fala. Corroboram essa afirmação as marcas de primeira pessoa do plural: *sabemos, preferimos, negar-nos, convivemos, vamos, nossa vida*. Assim, o locutor revela-se preconceituoso não somente por suas convicções pessoais, mas pela pressão da sociedade. Nesse caso, temos um enunciador E1 que, como no trecho anteriormente analisado, é, mais uma vez, a voz anônima que, identificada com um auditório particular, fala em nome da sociedade, cuja voz é interdita para veicular o preconceito.

Vejamos a análise de mais alguns trechos do *corpus*, nos quais podemos ver o preconceito do locutor, ou seja, do gay contra o próprio gay:

“Entendo que as pessoas não são obrigadas a aceitar outra forma de amor.”

(Anexo 1)

Identificamos a voz do locutor pela conjugação verbal: “entendo...”.

Interessante notar, nesse caso, a colocação do locutor quando diz que as pessoas não são obrigadas a aceitar outra forma de amor. O próprio locutor, como pertencendo ao grupo dos gays e, portanto, fazendo parte do auditório particular já mencionado, coloca-se em uma posição inferiorizada, revelando dessa forma preconceito. As pessoas podem até não *compactuar*, mas elas devem aceitar e respeitar sim outra forma de amor, pois o artigo 3º da Constituição Brasileira de 1988, no item IV, diz o seguinte: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

(...)” (BRASIL, 2000) (o grifo é nosso). A voz dos legisladores que promulgaram a Constituição é uma voz que busca o acordo do auditório universal, por isso mesmo repudia qualquer forma de preconceito. Por outro lado, a voz do locutor, identificando-se com o auditório particular dos gays, vai denunciar o preconceito. Em contrapartida, vai também compactuar com o preconceito, identificando-se outro auditório particular, ou seja, aquele auditório que considera inadequada a orientação sexual do gay. Esse fato pode ser explicado através do fenômeno da conformidade normativa, já mencionado anteriormente.

Passemos para a análise de outro fragmento do *corpus*:

“Esperamos que os nossos magistrados abram suas cabeças, sejam menos preconceituosos e pensem que, um dia, podem ter um filho ou um neto nestas mesmas condições...” (anexo 2)

Os magistrados não devem “abrir suas cabeças” para acabar com a estultícia do preconceito, nem para promover um mundo mais justo, nem para garantir igualdade entre os direitos dos cidadãos. Eles devem “abrir suas cabeças” porque podem ter um filho ou um neto “nestas mesmas condições”, ou seja, condições indesejáveis, difíceis, que, se possível fosse, deveriam ser evitadas. Aqui fica claro o preconceito veiculado pela voz do próprio locutor. Acreditamos na hipótese do preconceito, nesse caso, estar em um nível inconsciente. No entanto, ele pode ser identificado e é um reflexo da pressão que a sociedade impõe aos gays.

Da mesma forma, o artigo intitulado “Os gays e a pornografia” (anexo 8) é rico em casos de preconceito do gay contra o próprio gay. Nele, o locutor, responsável pela enunciação, demonstra por diversas vezes esse preconceito:

“As razões pelas quais alguém se torna compulsivo por pornografia não são diferentes das razões pelas quais se desenvolvem outras formas de compulsão sexual. Sua origem se dá geralmente na infância ou na adolescência e é resultado de alguma experiência na qual a auto-estima, o sentido de confiança ou os limites de intimidade foram de alguma forma vandalizados. Especialistas americanos (...) acreditam que essa vandalização acontece na forma de abusos físicos, emocionais ou sexuais. Isso provavelmente explica, pelo menos em parte, o porquê dos gays serem tão vulneráveis a compulsão dessa natureza...” (anexo 8)

Quando o locutor diz *“Isso provavelmente explica, pelo menos em parte, o porquê dos gays serem tão vulneráveis a compulsão dessa natureza...”* ele está, explicitamente, adotando uma postura preconceituosa. Através da argumentação do locutor, somos levados a crer que os gays são gays porque sofreram abusos físicos, emocionais ou sexuais. Diríamos que a posição do locutor só é atenuada pelo uso que faz da expressão *“pelo menos em parte”*, o que, de modo algum exclui o preconceito de sua voz.

Analisemos mais um trecho:

“A pornografia (‘soft’ e ‘hard’) é parte integrante desse meio e fornece o combustível para essa engrenagem.” (anexo 8)

Outra fala preconceituosa do locutor. A pornografia realmente faz parte desse meio (o meio gay). Mas não é só desse meio, como o locutor deixa entender, mas também do meio heterossexual. Outra coisa, o combustível para *“essa engrenagem”* não é necessariamente a pornografia, pode também ser o amor, a cumplicidade, a admiração, entre outros. O locutor parece ter a visão obscurecida pelo preconceito, o qual aparece inequivocamente em seu discurso. Aqui, identificamos o caso em que a voz do locutor pode ser considerada como

porta-voz da sociedade preconceituosa. O preconceito aparece através da premissa implícita:

“os gays são movidos pelo sexo.”

3.4- O PRECONCEITO “DEFENSIVO”

Conforme já explicado anteriormente, o termo *preconceito defensivo* ou *preconceito às avessas* é uma nomenclatura de nossa autoria. Significa o preconceito do grupo minoritário (o dos homossexuais) contra o grupo majoritário (o dos heterossexuais) e não deixa de ser uma tática de defesa do grupo minoritário.

Vejamos três ocorrências:

“(...) questiono o mundo e a todos por não quererem tentar aceitar o ‘fica na sua que eu fico na minha’, como diz a gíria.” (anexo 1)

O locutor questiona o mundo e a todos. Não são todas as pessoas que não querem aceitar o “fica na sua que eu fico na minha”. A visão do locutor é preconceituosa e de agressividade defensiva porque ele acha que todos estão contra o grupo dos gays. É uma postura agressivo-defensiva, dirigida contra a sociedade como um todo, como uma forma de auto-proteção.

“Temos que parar também com a idéia de que GLBTs são obrigados a votar só em candidatos GLBTs.” (anexo 6)

Se eles têm que parar com a idéia de que GLBTs são obrigados a votar só em candidatos GLBTs é porque essa idéia existe. Para identificarmos a voz que veicula essa idéia, parece-nos razoável atribuí-la, mais uma vez, ao “ON” que, no caso, busca o acordo de um auditório particular, ou seja, o auditório dos gays. Aqui temos o preconceito às avessas, ou seja, aquele em que os gays apresentam preconceito contra os heterossexuais. Isso pode ser

comprovado através, justamente da idéia veiculada pela voz “ON” de que GLBTs são obrigados a votar só em candidatos GLBTs.

O terceiro caso de preconceito defensivo é um tanto específico: apesar de não ser dirigido diretamente contra o grupo majoritário dos heterossexuais, consideramo-lo preconceito defensivo por sua estratégia argumentativa: quando exagera, dizendo que o poder público incentiva a homofobia, coloca o grupo minoritário (o dos gays) em situação de vítima, o que provoca um sentimento de indignação em quem lê o artigo:

“... o Poder Público continua incentivando a homofobia cada vez que um homossexual vai a uma Delegacia de Polícia registrar uma queixa e é ridicularizado.”

(anexo 9)

Se o locutor diz que o Poder Público continua incentivando a homofobia, uma voz anônima (ON) veicula a idéia que é prática comum o Poder Público incentivar a homofobia. Essa voz anônima, mais uma vez, é apontada por nós como sendo a voz que busca o acordo de um auditório particular, o auditório do discurso gay. Assim temos, explicitamente, um caso de preconceito defensivo. Ora, é verdade que existem maus profissionais nas delegacias, mas daí a falar que o Poder Público *incentiva* a homofobia, é um exagero.

3.5- O PRECONCEITO DOS HOMOFÓBICOS

Esse tipo de preconceito foi o que apresentou menos ocorrências. Aqui, não podemos negligenciar o fato de o responsável pela enunciação, ou seja, o locutor, fazer parte do grupo dos gays. Isso nos abre os olhos para a hipótese de o locutor, exatamente por fazer parte do grupo dos gays, deixar ouvir poucas vezes, em seu discurso, a voz de um grupo tão hostil ao seu, ou seja, a voz dos homofóbicos. É, por assim dizer, uma voz quase silenciada pelos locutores.

É um tipo de preconceito que merece destaque, pois não é o caso clássico (do grupo majoritário para o minoritário) nem o *preconceito às avessas* (do grupo minoritário para o majoritário), mas um preconceito de um grupo minoritário (o dos homofóbicos) contra outro grupo minoritário (o dos gays).

Vejamos as duas ocorrências:

“(...) sem contar os homofóbicos, que acham uma aberração dois homens ou duas mulheres se beijarem e/ou trocarem carícias tanto em público como entre quatro paredes.”

(anexo 1)

Aqui, notamos o fenômeno da dupla enunciação. Temos o locutor L1 responsável pela enunciação que, no caso, faz parte do grupo dos homossexuais e, temos também, outro locutor L2, ao qual L1 dá a palavra de forma indireta: *“acham uma aberração dois homens ou duas mulheres se beijarem e/ou trocarem carícias tanto em público como entre quatro paredes.”* O locutor L2 aparece, dessa forma, como voz preconceituosa.

“Jamais o mundo vai abolir a natalidade devido à homossexualidade, mesmo porque esta seria uma teoria autofágica...” (anexo 5)

Quando o locutor diz que *“Jamais o mundo vai abolir a natalidade devido à homossexualidade”* é porque um enunciador E1 veiculou a idéia que “o mundo poderia abolir a natalidade devido à homossexualidade”. Essa voz, identificada, mais uma vez como uma voz coletiva (ON) buscaria o acordo de um auditório particular, que pode ser identificado como um segmento radical da sociedade. Essa conclusão é motivada pela veiculação de uma idéia absurda, que jamais poderia pretender o acordo do auditório universal. Assim, esse enunciador poderia ser identificado, pela tese que sustenta, com o grupo dos homofóbicos.

CONCLUSÃO

Através deste trabalho, buscamos identificar, no discurso gay, a existência de preconceito acerca da orientação sexual do gay.

Ao fazermos a contextualização histórica da homossexualidade, notamos que ela é tão antiga quanto a própria história. No caso específico do nosso país, observamos que o homossexual sempre lutou contra o preconceito. Atualmente, a despeito das diversas vitórias que o movimento gay vem alcançando, o preconceito contra os homossexuais ainda é bastante forte.

Ao teorizarmos sobre o preconceito, buscamos ajuda na Psicologia Social e verificamos que o preconceito é uma atitude composta por três elementos: *o componente afetivo* (o preconceito propriamente dito), *o componente cognitivo* (os estereótipos) e *o componente comportamental* (a discriminação). As causas do preconceito foram agrupadas em quatro teorias, a saber: *conflito grupal realista*, *deslocamento da agressividade*, *personalidade autoritária* e *causas sociais*. Essa última teoria subdivide-se em *aprendizagem social*, *conformidade* e *categorização social*.

Quanto à problemática da designação, esclarecemos, inicialmente, que usamos, na dissertação, indistintamente os termos *gay* e *homossexual*, para designar os indivíduos que sentem atração sexual por pessoas do mesmo sexo. Em seguida, apresentamos o título da revista G Magazine como uma possível forma de preconceito, por esconder a palavra *gay*, atrás da letra G. Em seguida, comentamos que os gays preferem ser designados, respectivamente pelos termos: *homossexual*, *gay* e *entendido*. Vimos também que as palavras usadas para designar os gays carregam, todas elas, uma carga semântica negativa. Isso vem retratar, de forma irrefutável, a existência de um enorme preconceito por parte da sociedade

brasileira, preconceito esse, a tal ponto arraigado, que se torna visível através do fenômeno da designação.

Em seguida, definimos o discurso gay como sendo um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que se relaciona a uma identidade enunciativa, ou seja, a identidade enunciativa gay.

Quanto ao auditório do discurso gay, chegamos à conclusão que se trata de um auditório presumido, ou seja, os leitores da revista G Magazine, público predominantemente gay. Assim, concluímos tratar-se de um caso de auditório particular.

Ao analisarmos o discurso dirigido aos gays, observando a maneira através da qual os autores se dirigem aos leitores, podemos ver como eles (autores) enxergam esse auditório particular. O preconceito em relação aos gays é uma temática que está presente em todos os artigos analisados. O que mais chamou a atenção, na análise do auditório do discurso gay, foi o fato de os autores verem o gay como vítima do preconceito da sociedade brasileira.

Quanto aos valores, como objetos de acordo, por não almejarem a adesão do auditório universal não podem se impor a todos. Por outro lado, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades. Esses são chamados valores absolutos e sua pretensão ao acordo universal é válida enquanto eles mantêm sua vagueza. No *corpus*, os valores mais recorrentes foram valores absolutos, ou universais, sendo que esses, dentro de sua generalidade, almejam o acordo do auditório universal. São eles: a igualdade e o respeito. São, além de universais, abstratos. Isso os torna adequados às intenções dos articulistas, ou seja, à argumentação de que se deve ter uma maior aceitação da diversidade sexual.

Na análise das vozes que se fazem ouvir no discurso gay, apresentamos a definição de quatro termos muito importantes: autor empírico, locutor, enunciador e também do “ON” de Berrendonner. Mostramos que os autores empíricos, ou seja, dos produtores físicos do enunciado ou autores efetivos têm o status de uma representação externa à fala, e, dessa

forma, não possuem lugar na estrutura semântica do enunciado. Em relação a eles, podemos dizer que, além de todos estarem ligados, de alguma forma, ao universo gay, todos fazem parte do grupo minoritário dos gays. Essa conclusão foi possível graças à identificação de marcas no discurso deles.

Quanto às diversas vozes que se fazem ouvir no discurso gay, identificamos, inicialmente, que em todos os artigos analisados as vozes mostraram-se preconceituosas.

Propomos um raciocínio através do qual relacionamos o conceito de auditório ao de polifonia. Através desse raciocínio, apresentamos a sociedade brasileira como aspirando ao acordo do auditório universal. Para isso, mostramos a necessidade da sociedade se adequar ao politicamente correto e, dessa forma, não poder veicular, através de sua voz, o preconceito. Assim, apesar de a sociedade ser extremamente preconceituosa, tem sua voz interdita para expressar esse preconceito.

Muitas vezes, a voz que veicula o preconceito aparece na forma de uma voz coletiva, indeterminada, que Berrendonner chamou de “ON”. Essa voz almejaria então o acordo de auditórios particulares. No entanto, não identificamos somente a voz “ON” como a única a veicular o preconceito. Muitas vezes locutores e outros enunciadore³⁴s foram apontados veiculando o preconceito e, dessa forma, aspirando ao acordo de auditórios particulares distintos.

Por outro lado, quem vem denunciar a existência do preconceito são exatamente as minorias, as quais, no caso em questão, buscam o acordo de um auditório particular, ou seja, identificam-se com o auditório dos gays, deixando ouvir, em seu discurso, vozes diversas, muitas delas preconceituosas.

De acordo com as ocorrências de preconceito, dividimos, didaticamente, as análises em quatro grupos distintos, a saber: *preconceito da sociedade; das instituições; do gay contra*

³⁴ Que não os identificados como sendo o “ON”

o próprio gay; do grupo minoritário para o grupo majoritário, ou preconceito defensivo e, por fim, apresentamos um caso específico: o preconceito dos homofóbicos.

O preconceito da sociedade para com os gays, juntamente com o preconceito dos gays contra os próprios gays foram os que apresentaram maior número de ocorrências. É interessante notar que, de uma certa forma, as duas formas de preconceito estão interligadas, pois o gay está inserido na sociedade, não sendo *um ser à parte* e sendo muitas vezes impelido, pelas forças das circunstâncias a submeter-se ao fenômeno da conformidade normativa.

O preconceito das instituições e o preconceito defensivo tiveram algumas ocorrências. O preconceito dos homofóbicos foi o que menos ocorrências apresentou, talvez pelo fato de o responsável pela enunciação (o locutor) fazer parte do grupo dos gays e evitar deixar que se ouça, em seu discurso, a voz de um grupo tão hostil ao seu.

Falando do preconceito defensivo, podemos dizer que é o preconceito do grupo minoritário (o dos homossexuais) contra o grupo majoritário (o dos heterossexuais) o que não deixa de ser uma tática de defesa do grupo minoritário, daí o fato de o termo batizado como *preconceito defensivo*.

Em relação ao preconceito dos homofóbicos, inversamente ao descrito no parágrafo anterior, nota-se a especificidade de ser um preconceito de um grupo minoritário (homofóbicos) dirigido contra outro grupo minoritário (o dos gays).

Nas análises, identificamos as vozes de locutores e de enunciadores. Apresentamos também casos de dupla enunciação, nos quais identificamos como vozes preconceituosas de um segundo locutor: os homofóbicos, a polícia, a religião, os heterossexuais, os professores, os colegas e funcionários de escola.

No caso específico dos locutores, responsáveis pela enunciação e pertencentes ao grupo dos gays, identificamos também preconceito. O que parece ocorrer é que, muitas vezes,

o preconceito que se expressa através da voz dos locutores é reflexo do preconceito da sociedade ou é um preconceito com o qual o locutor compactua impelido pelo fenômeno da conformidade normativa.

Entre as vozes de enunciadores preconceituosos destacamos, em muitos casos, uma voz coletiva, indeterminada (ON) que vem veicular o preconceito da sociedade, a qual tem sua voz interdita, devido à sua pretensão ao acordo universal.

Chamou nossa atenção os casos em que identificamos preconceito do gay para com o próprio gay³⁵. Parece-nos bastante razoável concluir que se trata de uma estratégia de legitimação. Em outras palavras: a sociedade, conservadora e preconceituosa, não aceita plenamente o homossexual. Esse, por sua vez, para obter uma certa inserção social, tenta, ainda que de modo inconsciente, legitimar-se, aderindo, de alguma forma ao preconceito. Essa estratégia estaria intimamente ligada ao fenômeno chamado conformidade normativa.

Dessa forma, concluímos que existe, no discurso gay, preconceito acerca da orientação sexual gay. Isso vem, de forma inequívoca, denunciar o preconceito da sociedade, acerca da homossexualidade.

Longe de esgotar o assunto, esta dissertação aponta para um vasto campo de investigação. Tendo em vista que o preconceito hoje, pelo fenômeno da adesão da sociedade ao *politicamente correto*, tem-se mostrado de forma dissimulada, a Análise do Discurso surge como um importante instrumento para que possamos identificar e explicitar, nos diferentes discursos, a existência dessa chaga social. Somente assim, identificando o preconceito dissimulado e desmistificando-o, poderemos dar prosseguimento a uma importante tarefa social: extinguir o preconceito e contribuir, dessa forma, para a construção de uma sociedade mais solidária, mais justa e mais humana.

³⁵ Seja por parte de locutores ou de enunciadores

BIBLIOGRAFIA

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. Preconceito: Causas e curas. In: *Psicologia Social*. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002. p.291 – 322.

BERRENDONNER, Alain. Le Fantôme de la Vérité. In: *Éléments de Pragmatique Linguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1981. p.35-73.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Aspectos da Refutação em uma prática discursiva. In: *Subjetividade Argumentação e Polifonia: A Propaganda da Petrobrás*. São Paulo: UNESP, 1988. p.97-122.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* - 5 out. 1988. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

CARVALHO, Irene Melo. *Introdução à Psicologia das relações humanas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CÔRTEZ, Celina. Eles vencerem. *Revista Isto é*. São Paulo, n.1851, p.62 – 66, abr. 2005.

DA SILVA, Deonísio. *De onde vêm as palavras: frases e curiosidades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Mandarim, 1997. p.211.

DE SOUZA, Wander Emediato. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI Hugo; MACHADO, Ida Lúcia, MELO, Renato de (orgs.) *Análise do discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: FALÉ, 2001, p. 157-177.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FISHBEIN, Morris. *Enciclopédia Familiar da medicina e Saúde*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo. 1970.

FLAVELL, John, H.; MILLER, Patrícia H.; MILLER Scott A. *Desenvolvimento cognitivo*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FOUCAULT, Michel. As Formações Discursivas. In: *A Arqueologia do Saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Júnia Focas Vieira. *Aspectos argumentativos da oposição e concessão em Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1987. 200p. (Dissertação, Mestrado em Língua Portuguesa).

MAINGUENEAU, Dominique. Os Conectivos Argumentativos. In: *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 159-188.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos Gêneros Discursivos. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (orgs.) *Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte. FALE. 2004, p. 43-57.

MENDONÇA, Martha, MARTINS, Elisa. Orgulho Gay. *Revista Época*. São Paulo. N. 359, p.60-64, abr. 2005.

MENEZES, William Augusto. Faces e usos da argumentação . In MARI Hugo; MACHADO, Ida Lúcia, MELO, Renato de (orgs.) *Análise do discurso: Fundamentos e Práticas*. Belo Horizonte: FALE, 2001, p. 179-199.

MICHAELIS: *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MOTT, Luiz. *Crônicas de um Gay Assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Balsa Consultoria Editoria Ltda. 2001.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 65-66.

PERELMAN, Chaïm. *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. Análise do Discurso e argumentação. In MARI, Hugo et al. (orgs.) *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 87-105.

PROUST, Marcel. *Sodoma e Gomorra*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1981. (Em Busca do Tempo Perdido).

RAJAGOPLAN, Kanavillil. Designação; a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In *Por uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola, 2003, p.81 – 87.

RODRIGUES, Humberto. Através dos Séculos. In: O amor entre iguais. São Paulo: Mythos, 2004. p.35-102.

ROTY, Richard. Pragmatismo, filosofia analítica e ciência. In PINTO, Paulo Roberto Margutti et al. *Filosofia Analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 15-29.

SANTA CRUZ, Angélica , VIERIA, João Luiz. Assumir faz a diferença, *Revista Época*, São Paulo, n.70 p. 44-51, set. 1999.

SARMATZ, Leandro. Poder Gay. *Revista Superinteressante*. São Paulo, n.168, p.88-93, set. 2001.

SOARES, Izabel Cristina Rodrigues. *As narrativas populares da Amazônia paraense: vozes múltiplas que contam as histórias do povo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003. 331 p. (Tese, Doutorado em lingüística).

SOARES Luize. Politicamente correto: O processo civilizador segue seu curso. In: PINTO, Paulo Roberto Margutti et al. *Filosofia Analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 217 –238.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade, uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

ANEXO 1

[parla_G]



Eraldo Alves

Viver gay é barra pesada

Já pensou ter um namorado e não poder dar as mãos em um local público, ou um simples beijo? Pois este é o dia-dia da maioria dos homossexuais no Brasil e em grande parte do mundo. E o pior, o preconceito vem muitas vezes dos próprios homossexuais devido à cultura que lhes foi imposta e absorvida, sem contar os homofóbicos, que acham uma aberração dois homens ou duas mulheres se beijarem e/ou trocarem carícias tanto em local público como em quatro paredes. Estes últimos precisam urgentemente de tratamento médico, e também de um bom corretivo. Penso: será que é

tão grave duas pessoas do mesmo sexo se darem as mãos e/ou trocar juras de amor abertamente, sem medo ou desconfiança? Às vezes, vejo um casal heterossexual aos beijos e tão bem à vontade que chega a me dar inveja. Talvez não chegue a tanto, talvez inveja possa ser um termo muito pesado, porém, sinto-me com a obrigação de exigir de mim mesmo e brigar com quem for para conseguir também ficar à vontade.

Entendo que as pessoas não são obrigadas a aceitar outra forma de amor. Mas também questiono o mundo e a todos por não quererem tentar aceitar o "fica na sua que eu fico na minha", como diz a gíria. Quando digo que viver gay é barra pesada, não estou falando nada de novo. Sabemos que a discriminação é tão forte que preferimos negar-nos a estar bem com quem convivemos, ou até mesmo a brigar, porque a pessoa insinuou-se de forma não-convencional ou portou-se de forma muito ousada à frente de outros. Até que ponto vamos permitir que uma sociedade abarrotada de erros e maldades possa conduzir a nossa vida?

Ora, somos pessoas com vontade de viver – amar, trabalhar, divertir, lutar, aprender, criar etc – e talvez, sei lá, tenhamos que "vestir a camisa" de alguma forma para tentar acabar com a homofobia, doença de alguns hipócritas que, pela educação voltada ao ódio aos homossexuais ou porque não resolveram seus problemas, que-

rem aplicar a violência como forma de excluir da face da terra aqueles que "amam seu igual". Será que o troco não seria o certo? Ao invés de vítima, nos tornássemos os agressores. Será que a polícia continuaria arquivando os crimes contra os homossexuais? De certo, aquela frase: "foi ele quem procurou, poderia não ter trazido para casa" os "homens da lei" não falaria mais. Por outro lado, colocaria de imediato o homossexual agressor atrás das grades. "Além de ser bicha, se acha com o direito de matar. Só porque o cara não queria nada com ele", essa seria uma das frases, em meio a centenas, ditas pela polícia e pela sociedade em geral.

Antes de receber as críticas, quero deixar claro que minha postura nunca seria essa. Matar, nunca. Não queremos ser o espelho des-

se grupo doentio e perigoso, e que não é pequeno. Somente estou colocando os fatos por um outro ângulo, ou seja, quem sofre a ação passa a aplicá-la.

Por enquanto, assisto "Queer as Folk", série americana traduzida para o Brasil como "Os assumidos", cópia de uma série inglesa que mostra os mesmos conflitos que vivemos, porém, com um pouco mais de liberdade e ousadia, onde podem se ver beijos e carícias em bares e cafés, não somente em boate gays ou points, como é mais corriqueiro aqui

no Brasil.

Realmente, sair de mãos dadas, beijar-se e trocar palavras de amor não agride a ninguém, a não ser aqueles que não têm amor dentro de si

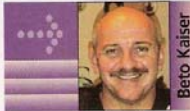
nem para passar para outros. Esses sim têm que fazer terapia e perceber o mal que há dentro deles. Essa raiva sim tem que ser controlada de imediato.

OBS: Somente artistas gays de cinema, teatro e televisão beijam na boca publicamente. Vamos jogar essa vontade nas ruas, nas praças, ou seja, lá onde for. Vamos gritar por liberdade e correr atrás dela. Estamos vivos e com vontade de amar e ser amados e também de mostrar esse amor. Temos que mudar esse quadro. [4]

Eraldo Alves é jornalista, Salvador, BA

ANEXO 2

[parla_G]



Beto Kaiser

União Estável

Numa vida a dois, ainda mais entre dois homossexuais, com toda a carga de preconceito da sociedade, há momentos mais difíceis em que a presença do companheiro é essencial. Senão, quem cuida do que ficou doente, acamado? Quem lhe dá remédio quando precisa? Quem ouve seus desabaços e fracassos? Quem ajuda a limpar a casa? Quem ajuda a pagar uma conta quando falta dinheiro de uma das partes?

No entanto, a realidade nua e crua é a seguinte: depois de uma vida inteira construída com algum sacrifício, muito trabalho, muito carinho, há a insegurança na possibilidade

de da falta de uma das partes. As leis brasileiras dão o direito de herança, de pensão ou pecúlio para os ascendentes do falecido, pois, como

ele não deixou "herdeiros legítimos", a família vê-se no direito de ficar com tudo o que ele amealhou durante sua vida, sem pensar como e com quem. Temos conhecimento de casos em que, enquanto um dos parceiros chorava a morte do companheiro sobre seu caixão durante o velório, a família do falecido estava trocando as fechaduras do apartamento onde ambos moravam para depois, com um mandado de segurança, impedir a entrada dele, proibindo-o de sequer pegar sua escova de dentes. E, claro, um amigo leiloeiro da família já estava catalogando vários objetos para venda.

Isto é um absurdo. Isto não é justo! Geralmente, estes casos são de pessoas que, muito cedo, colocaram para fora do seio da família seu filho homossexual e passaram anos sem trocar com ele um telefonema. Mas, quando descobrem que ele construiu um patrimônio, então lembram-se de que têm um filho e reclamam "seus direitos".

Outra questão muito real é que, numa vida a dois, as despesas são divididas pelos dois parceiros. É o condomínio, o aluguel, a luz, a comida, o cartão de crédito etc. Depois da morte de um deles, as despesas são as mesmas, mas terão que ser pagas somente por aquele que ficou. Isso significa que a sua qualidade de vida, com certeza, vai baixar muito, e sua auto-estima também. Nada mais justo do

que o companheiro que ficou vivo passe a receber a pensão ou o pecúlio pela morte do parceiro, para poder continuar tendo uma vida decente e digna, igual à que vivia anteriormente.

Entretanto, a cada dia que passa, como os homossexuais não são contemplados nas novas leis, como foi com o Novo Código Civil, nós temos que estar nos mobilizando em cada cidade, em cada Estado, encaminhando para aprovação leis específicas contra discriminação de homossexuais. Até que elas sejam aprovadas, surge então o livro de Registro de União Estável para pessoas do mesmo sexo que, sendo um documento oficial, reconhecido por uma autoridade governamental e registrado num Cartório de Títulos e Documentos, nos dá segurança e é um início de reconhecimento oficial dos relacionamentos homossexuais.

Depois da divulgação na imprensa, vários casais estão pedindo informação sobre a aceitabilidade por um órgão do governo e a segurança no caso de um dos parceiros vir a falecer. Nós, do INPAR 28 DE JUNHO, ao fazermos o Registro da União Estável, também colocamos-nos à disposição para providenciar toda a documentação e a encaminhar ao INSS, caso um dos dois venha a falecer, para que o parceiro que ficou reciba o quanto antes

o que lhe é de direito, pois fica muito difícil durante o luto você providenciar documentos de seu parceiro recém-falecido. Isto é muito doloroso...

Com todos estes pontos em nosso favor, cremos

que a cada dia autoridades e juízes, ao julgarem um caso de herança entre homossexuais, por exemplo, começam a ver com outros olhos as leis deste país. Esperamos que nossos magistrados abram suas cabeças, sejam menos preconceituosos e pensem que, um dia, podem ter um filho ou um neto nestas mesmas condições... [G]

...é um início de reconhecimento oficial dos relacionamentos homossexuais.

Esperamos que nossos magistrados abram suas cabeças, sejam menos preconceituosos ...

Beto Kaiser kaisercwb@ig.com.br - Presidente do INPAR 28 DE JUNHO CONSC. E DIREITOS HUMANOS - Rua 13 de Maio, 1206/03A - Fone: (41) 324 9501 - CEP 80510-030 - CURITIBA/PR - Secretário-adjunto da Região Sul da ABGLT (Ass. Bras. de Gays, Lésbicas e Travestis)

ANEXO 3

[parla_G]



Revista Veja: o que acontece?

Amigos da Editora Abril: vocês merecem o nosso mais sincero orgulho e expressão do ser brasileiro, atual, moderno, conquistador e empreendedor.

E aqui cabe o mais sincero voto de PARABÉNS PELO EXCELENTE TRABALHO EM 35 ANOS DE REALMENTE SABER MOSTRAR AO BRASILEIRO O QUE ELE PRECISA SABER. Através da Veja, que sou assinante há mais de 8 anos, aprendi e, com vocês, pude subir socialmente e pessoalmente.

Com vocês conseguimos estampar na capa da Veja a palavra GAY - caramba eu chorei de emoção. Mas não consigo entender o que passa pela seleção de vocês em não terem oferecido ao nosso grupo - GLBT - a oportunidade de poder mostrar o quanto conseguimos crescer em termos de cidadania, leis humanitárias, saúde - entre muitos outros fatores.

Estou super constrangido de não encontrar nenhum parágrafo colocando como importantes todos os movimentos realizados por grupos como o Arco-Íris do Rio, o GGB de Salvador, o Estruturação de Brasília, o Nuances de Porto Alegre, e muitos outros nomes que levaríamos horas para escrever. É impossível que vocês não consigam dar espaço para um público de mais de 17 milhões de pessoas - gays e lésbicas - que precisam da importante função de INFORMAÇÃO PÚBLICA.

Adorei várias reportagens da edição especial de 35 anos da Veja, mas encontrar a palavra "gay" ligada a drogas e epilético me chateou (*"Encontrado nos Alpes em 1991, o Homem do Gelo é o mais antigo fóssil humano que se conhece, com mais de 5000 anos. O assunto se tornou tão popular que se fizeram várias ilações apressadas sobre ele. Foi dito, por exemplo, que o Homem do Gelo era epilético, gay e usava drogas"* - página 96, matéria "O narcisismo da ciência"). Vale dizer que, para nós, seria importante poder descobrir se o

Homem do Gelo era gay. Isso nos daria alguma prova científica - talvez? Ou será que o Homem do Gelo era bissexual??

Depois, para meu desespero, o que eu leio nas páginas seguintes: "PESTE GAY" (*"Quando o americano Robert Gallo isolou o vírus da Aids, em 1983, a doença era chamada de 'peste gay' e matava nove em cada dez pacientes, na imensa maioria homossexuais e usuários de drogas injetáveis"* - página 98, matéria "A epidemia da globalização"). A Aids poderia estar mais solucionada

se todos conseguissem entender a importância em INFORMAR CORRETAMENTE o que está acontecendo. Para a comunidade GLBT mundial a informação foi vital para que a doença chegasse a todos, com muita informação e proteção. Os resultados foram in-

críveis e hoje a Aids tem um espaço que interessa a todos, não somente aos gays.

Bem, isso tudo já basta para uma análise de vocês. Vou guardar esta edição dos 35 anos de Veja para ver se numa próxima comemoração vocês vão analisar melhor nossa comunidade, para que a INFORMAÇÃO

continue sendo nossa melhor aliada.

PS: Adorei receber minha revista com meu nome, agradeço ao Itaú por ter me conferido uma revista tão especial, pena

que os GAYS foram tratados de forma tão desagradável e sem nenhum conteúdo de interesse público ao nosso movimento que cresceu muito nos últimos 35 anos. Valeu Itaú - os gays também querem prestígio, viajar, garantir o futuro, realizar planos, investir, querem praticidade e agilidade - adorei a campanha do Itaú. [G]

Clóvis Alfredo Carvalho Casemiro é assinante da revista Veja e autorizou a publicação desta carta enviada à Editora Abril, nesta seção da G Magazine.

"É impossível que vocês não consigam dar espaço para um público de mais de 17 milhões de pessoas - gays e lésbicas"

"Vou guardar esta edição dos 35 anos de Veja para ver se numa próxima comemoração vocês vão analisar melhor nossa comunidade"

ANEXO 4

[parla_G]

ARQUIVO PESSOAL
Ari Teperman

Judeu e homossexual

Sinto muito orgulho em ser judeu, porque além de ser a religião ao qual fui criado, ela faz parte do meu ser e das minhas raízes. Não saberia viver sobre outro conceito de vida. Quanto ao fato da orientação sexual me sinto pleno e resolvido interiormente.

A questão da abordagem sobre o assunto sexualidade, tanto no seio familiar ou ao nível de comunidade, está correlacionada ao estigma de ser "O Povo do Livro". O que me faz pensar que nós judeus em certos aspectos vivemos mais na teoria. Apesar de conceitualmente a religião judaica afirmar que não possui "dogmas" e que adota a conduta do livre arbítrio, no entanto temos leis e conceitos de vida rígidos e imutáveis. Eles não evoluem com o tempo.

Existe aquela velha explicação: "Mãe dominadora e pai ausente". Acho que isso se aplica perfeitamente a boa parte das famílias judias. Até onde sei a liberação sexual só começou com o advento do Movimento Sionista. Atrelado a isso a Tora, fala que "o homem não pode fazer as vezes de uma mulher". Entendo que isso se refere única e exclusivamente à penetração. A proibição e a condenação parece-me que só se restringe a isso. Pois quando se fala no encontro de almas gêmeas não há uma referência ao sexo. Aliás o termo "sexo" nem se encontra na Tora, sempre são feitas referências sugerindo o ato sexual. Toda questão sexual gira em torno da procriação e da transmissão de nossa cultura, como finalidade principal da união entre duas pessoas. O que a princípio nos exclui, já que é a mulher que passa a descendência aos filhos.

Proibições como o casamento misto e a homossexualidade são altamente contraditórios no seu entendimento do que realmente o conceito bíblico relata, já que a esposa de Moisés não era judia e há várias indicações de figuras eminentes da história do povo hebreu onde pode-se ficar em dúvida sobre a sua orientação sexual.

Finalizando essa questão religiosa, em relação à homos-

sexualidade, existem outros pecados considerados abomináveis e com o mesmo grau, como por exemplo: masturbação, não respeitar o Shabat, usar certos tipos de roupa, não respeitar o casher etc. Para os judeus homossexuais o livro "Cântico dos Cânticos" representa uma grande abertura, pois relata relações sem a finalidade de procriação, dando abertura para discutir uma reavaliação das interpretações rabínicas.

Não é difícil imaginar, que nos sentimos triplamente marginalizados em função de:

- ✓ Boa parte da população brasileira nem saber o que é um judeu. Confundem religião com nacionalidade. O povo judeu não procurou fazer um intercâmbio cultural, como outros povos que vieram aqui no Brasil;
- ✓ Perante a comunidade judaica, ainda mais que a não-judaica, temos que fingir

ser aquilo que não somos;

✓ A nível espiritual sentimo-nos distantes, pois é difícil ir a uma sinagoga e correr o risco de ouvir "que o homem não pode fazer as vezes de uma mulher";

✓ Muitos de nós dependemos financeiramente da comunidade judaica, por serem nossos principais clientes, sendo assim fica difícil se expor;

"O melhor caminho é o esclarecimento e a visibilidade. Mostrar que somos seres humanos iguais a qualquer um"

✓ Viver totalmente fora da comunidade significaria quase uma perda da identidade. Mas a meu ver de nada adiantará continuarmos viver na obscuridade. Pois assim fortalecemos o conceito de

que estamos fazendo uma coisa "abominável". Acho que o melhor caminho é o esclarecimento e a visibilidade. Mostrar que somos seres humanos iguais a qualquer um. Que cumprimos todos os nossos deveres enquanto cidadãos e que merecemos respeito. ^[6]

Ari Teperman é fundador do Grupo Judeus Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Simpatizantes Brasileiros – JGBR -, com sede em São Paulo, SP. Mais informações do grupo pelo site www.jgbr.com.br

ANEXO 5

[parla_G]



Aos gays o que é dos gays

O governo Bush e a Igreja Católica tornaram-se aliados na cruzada para tentar execrar publicamente as uniões civis homossexuais.

Os Estados Unidos, com sua máquina expansionista política, econômica e cultural, por muitas vezes recorreram à força, de forma declarada ou insidiosa, para alcançar seus objetivos mundiais. Foi assim no Vietnã, nos porões das ditaduras latino-americanas e na Guerra do Iraque. O sangue das Torres Gêmeas está quase vingado; falta ainda achar Bin Laden, tarefa que a Inteligência Americana ainda não conseguiu cumprir. As armas de destruição em massa, onde estão?

A Igreja de Roma, por sua vez, queimou "bruxas" na Inquisição, destruiu livros, aculturou indígenas, excomungou desafetos na Reforma Protestante e foi acumulando riqueza material através de alianças políticas seculares.

Juntos agora pela conveniência, Bush e Karol Wojtyla voltam-se contra os homossexuais, numa tentativa de desqualificar os gays para o usufruto de seus direitos humanos. Há muito tempo arcamos com os mesmos deveres civis de qualquer pessoa, porém, somos restringidos quando a discussão atinge o campo dos direitos sociais.

A Igreja Católica, devido à conduta de parte de seu clero, navega no mar de lama da pedofilia. Esses sacerdotes se satisfazem sexualmente com crianças e adolescentes, em relações não-consentidas (o que também caracteriza o estupro). Quando o fato é trazido à luz, são removidos para outra paróquia, obrigando a Igreja a abrir seus cofres e pagar volumosas indenizações. Tudo isso fruto da repressão sexual em nome de um voto de castidade.

Bush só considera família a união de homem com mulher, ou seja, esperma com óvulo. Nada tenho contra a família heterossexual, pois venho de uma delas e conheço muitas outras, felizes ou não. Acontece que a união amorosa ocorre na alma, e não apenas no corpo físico, por isso não pode ter um condicionante físico como

pré-requisito sine qua non. Família é a união onde existe vontade mútua de estar junto, ligação afetiva, compartilhamento de experiências, apesar do gênero dos seus constituintes.

Toda esta reação conservadora ocorre no momento em que o mundo constata a força da comunidade homossexual. As paradas gays em todo o mundo levam milhões à rua, os governos mais justos reconhecem direitos civis dos homossexuais, os meios de comunicação mostram aquilo que a Igreja tanto quer ocultar.

"A união amorosa ocorre na alma, e não apenas no corpo físico"

Atenção, mundo, nós existimos mesmo, não somos produtos da fantasia. Estamos ao seu lado na rua, em casa e no trabalho, de forma explícita ou implícita. Quando nos relacionamos afetivamente com alguém, o fazemos com o consentimento das partes. Repudio tudo o que foge ao consentimento consciente e voluntário para o exercício da sexualidade e afetividade, tanto nas relações homo quanto nas heterossexuais.

Não temos o ideal nazista de dominar o mundo. Jamais o mundo vai abolir a natalidade devido à homossexualidade, mesmo porque esta seria uma teoria autofágica, dado o fato de que se os seres humanos deixarem de nascer e

"Direitos e obrigações civis são uma coisa, responsabilidade religiosa, outra."

existir, assim também deixarão de existir os homossexuais.

Lembrem-se que o próprio Cristo ensinou: "A César o que é de César, a Deus o que é de Deus". De forma clara mostra-nos Jesus que a lei civil

e a lei religiosa têm competências distintas. Direitos e obrigações civis são uma coisa, responsabilidade religiosa, outra.

Pres. Bush, ainda bem que o sr. não é o Papa. Seu reinado não é vitalício, seus dias como governante estão contados. Um homem como o sr. não precisa de inimigos. Suas próprias declarações e conduta vão derrotá-lo. É tudo questão de tempo. [5]

Newton Lemos é médico, pós-graduado pela UFMG e consultor federal em saúde pública, em Brasília (DF).

ANEXO 6

PARLA G



por Beto de Jesus

Candidatos e plataformas GLBT

Basta uma eleição se aproximar e voltamos a discutir sobre a participação dos GLBTs no processo eleitoral. Isso me causa algumas inquietações.

Em tempos passados, a inserção local e o apoio de algumas lideranças comunitárias e das bases do trabalho davam conta de eleger um candidato GLBT. Hoje, as campanhas devem ser organizadas com antecedência de no mínimo 2 anos, com apoio financeiro externo e do Partido. O marketing é fundamental, e o volume de candidatos acirra ainda mais essa disputa. Para a vereança na cidade de São Paulo, por exemplo, são precisos algo em torno de 40.000 votos, dependendo da legenda escolhida.

Não basta o Partido ser moderno e ter candidatos que respaldam a diversidade, ele tem que botar a mão no bolso como faz com outras candidaturas, apostando no candidato GLBT, de verdade. Se isso não acontecer, iremos repetir o resultado de eleições passadas e ainda teremos que escutar dos héteros a pecha de que "gay não vota em gay". Divulgar os nossos candidatos nas listas de discussão da internet não é suficiente, é preciso romper o gueto e fazer a comunicação da candidatura chegar até outras pessoas, e isso custa dinheiro! São folders, bottons, faixas, santinhos, out-doors, carros de som, contingentes de divulgadores, boqueiros, estrutura física, telefone, computador, etc.

Um outro ponto importante é a candidatura não refletir somente o interesse de um grupo. Isso, além de politicamente incorreto, é um erro estratégico, pois significa dizer que gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais não estão inseridos em outros problemas sociais, como moradia, trabalho, saúde, escola, abastecimento, etc...

Posso dar o meu próprio exemplo, nas eleições de 2002 para Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores. A proposta nasceu de um coletivo de pessoas. Isso é muito importante, pois ninguém

deve ser candidato de si mesmo, mas refletir uma vontade de um grupo. Eu tinha uma visibilidade considerável, pois muitas pessoas me conheciam, tinha ido a muitos programas de TV, saí em muitas matérias em revistas e jornais, estava à frente do maior movimento social e de visibilidade no momento, etc... mas não tínhamos o essencial: apoio logístico – leia-se financeiro.

Há um mês atrás saiu uma nota numa coluna em um grande jornal de S. Paulo, com o título "Gay não vota em gay", falando dos quase 12.000 votos que obtive, reforçando a tal mensagem homofóbica. Muitos

candidatos, hoje eleitos, me disseram depois do pleito que 12.000 votos foi um número bastante alto para uma primeira candidatura, e para uma candidatura gay, mas sentiam que faltou o tal do apoio logístico, ou seja, a grana.

Temos que parar



"Ninguém deve ser candidato de si mesmo, mas refletir uma vontade de um grupo."

também com a idéia de que GLBTs são obrigados a votar só em candidatos GLBTs. E a plataforma da candidatura? Nesta eleição para vereador em São Paulo, votarei num candidato heterossexual que é aliado e muito comprometido com nossas lutas.

Não me sinto representado pelas candidaturas GLBTs apresentadas, e faço isso com muita tranquilidade, valorizando meu voto e ampliando a discussão das questões GLBTs para outros fóruns, para além do gueto.

No mais, boa sorte para todos e todas, e meu extremado respeito, pois ser candidato ou candidata não é coisa fácil! ☺

Beto de Jesus é ativista do movimento GLBT, fundador do Instituto Edson Néris.

ANEXO 7

PARLA G



por Lula Ramires

Aos mestres com carinho (e em busca do respeito)

Não é fácil ser educador num país como o Brasil. Ainda não temos uma tradição cultural sólida, como a europeia, por exemplo, e nossas condições materiais dificultam o trabalho de transmissão do saber acumulado pelas gerações passadas. Nenhuma nação se desenvolve plenamente sem uma educação de qualidade!

Não bastasse a falta de recursos e qualificação precária de alguns profissionais da área, nossas escolas são também um local de difícil acesso (ou permanência) dos mais pobres, dos negros e de outros setores excluídos.

Contudo, se quisermos ser "alguém na vida" - como já diziam os mais antigos - não podemos nos furtar de ir à escola. Mesmo sendo duro ter que conviver com colegas, professores e funcionários que despejam sobre nós uma imensa carga de preconceito e infernizam nossas vidas com comentários do tipo: "fale como homem!". O grupo CORSA, de São Paulo, teve uma feliz iniciativa ao realizar o projeto Educando para a Diversidade - os GLBT's na Escola. Através dele, tivemos contato direto com professores municipais, o que nos mostrou que eles, antes de tudo, desconhecem quem são e como vivem os homossexuais. Este é um trabalho que exige fôlego e paciência, pois como disse o físico Albert Einstein, "é mais fácil decompor um átomo do que quebrar um preconceito". Atualmente estou fazendo entrevistas com



adolescentes gays no Ensino Médio, visando minha dissertação de mestrado. Os relatos são impressionantes: xingamentos, humilhações, deboches e piadas, chegando muitas vezes à agressão física, como a de um rapaz de 15 anos que teve seu braço quebrado por colegas que o obrigavam a 'confessar' que era gay. Como combater a homofobia?

Para enfrentá-la, temos que estar alertas também para outras formas de discriminação que correm soltas nas escolas: o papel sempre inferior atribuído às mulheres, a sistemática

"Para enfrentá-la, temos que estar alertas também para outras formas de discriminação..."

desvalorização (ou, ao menos, a omissão) da cultura afro-brasileira no currículo, o riso diante dos deficientes, o menosprezo pelos mais pobres, entre outras.

Melhorar a educação significa investir no seu maior patrimônio: os professores. Abrir seus olhos para o sofrimento dos homossexuais nas salas de aula. Nas mãos dos mestres esclarecidos está a possibilidade de uma escola democrática em que haja lugar para todos. Uma boa questão para refletir no Dia do Professor, 15 de outubro. ■

Lula Ramires é presidente do grupo CORSA de São Paulo e mestrando em Sociologia da Educação pela USP. www.corsasp.org - E-mail: lularamires@terra.com.br

ANEXO 8

PARLA G



por Klecius Borges

Os gays e a pornografia

Uma das questões mais complexas e polêmicas do nosso tempo é, na minha opinião, a pornografia.

Para começar, num país como o nosso, onde as fronteiras entre o erótico e o pornográfico costumam ser tênues, a definição do que é de fato pornografia não é lá muito fácil.

O erotismo explícito está em toda parte: em anúncios de sabão a automóveis, nas novelas, no cinema, nas revistas e nos jornais. É parte integrante de nossa cultura, característica incensada internamente e marketeada no exterior, como forma de atrair divisas.

Já a pornografia, até o período em que houve o advento do vídeo cassete, concentrava-se basicamente em salas de cinema especiais e em revistas especializadas. Com o

surgimento da internet, adquiriu uma dimensão global, espetacular, até mesmo imprevisível.

Não há dúvida de que a pornografia pode ser uma fonte de prazer recreativo e mesmo um recurso importante no desenvolvimento da sexualidade. Não é em si boa ou má, nem seu consumo é certo ou errado. Mas pode ser também uma fonte de muito sofrimento, quando se transforma em compulsão.

Para o jovem que se percebe atraído por outros homens e se sente isolado no seu desejo, a pornografia é normalmente a porta de entrada para o exercício de sua sexualidade. Onde mais esse jovem vai poder explorar de forma aberta seus desejos e sentimentos? Para o gay oprimido num casamento heterossexual, e dentro do armário, a pornografia pode ser a única válvula de escape. Teoricamente segura e confidencial.

O problema começa quando esse recurso, facilmente disponível, sobretudo na internet, e altamente funcional em determinadas fases da vida, se transforma em uma necessidade vital.

Lembro-me de um cliente que chegava a interromper reuniões importantes de trabalho, para masturbar-se no seu escritório diante de sites pornográficos. Ou de outro, casado, cujo pavor de ser descoberto pela mulher não o impedia de ficar até altas horas da madrugada diante do computador.

Para ambos, a pornografia não é apenas um estímulo, uma forma de vivenciar fantasias sexuais, um aditivo à vida se-

xual, mas sim uma verdadeira compulsão, sobre a qual não possuem controle e que os coloca sob risco permanente.

As razões pelas quais alguém se torna compulsivo por pornografia não são diferentes das razões pelas quais se desenvolvem outras formas de compulsão sexual. Sua origem se dá geralmente na infância ou na adolescência e é resultado de alguma experiência na qual a auto-estima, o sentido de confiança ou os limites de intimidade foram de alguma forma vandalizados. Especialistas americanos, entre eles Patrick Carnes (já citado em textos anteriores), acreditam que essa vandalização acontece na forma de abusos físicos, emocionais ou sexuais.

Isso possivelmente explica, pelo menos em parte, o porquê dos gays serem tão vulneráveis a compulsões dessa

natureza, e nos ajuda a compreender melhor o papel que a pornografia tem na nossa cultura.

O mundo gay tal como o reconhecemos é altamente sexualizado. Como homens, nos sentimos estimulados pela visão e pela exposição dos nossos objetos de desejo, e tendemos a buscar a intimidade através do sexo. Como



“Para o gay oprimido num casamento heterossexual, a pornografia pode ser a única válvula de escape”

minoria oprimida, costumamos nos proteger em ambientes fechados e a maximizar o prazer, minimizando os riscos de sermos identificados. Como grupo alijado das responsabilidades sociais do casamento e da paternidade, temos um grau de liberdade maior para exercitarmos nossa sexualidade em formas não convencionais.

A pornografia (“soft” e “hard”) é parte integrante desse meio e fornece o combustível para essa engrenagem. Pode ser, ao mesmo tempo, uma porta para a realização de nossos desejos mais inconfessos e uma janela para dentro de nós mesmos, para uma compreensão profunda de nossa sexualidade. Saber utilizá-la a favor e não contra, faz toda a diferença! ☞

Klecius Borges psicólogo e terapeuta afirmativo.
CRP: 06/06283-0 – e-mail: terapiaafirmativa@uol.com.br

ANEXO 9

PARLA G



por Marcelo Gouveia Gil

A pena de morte

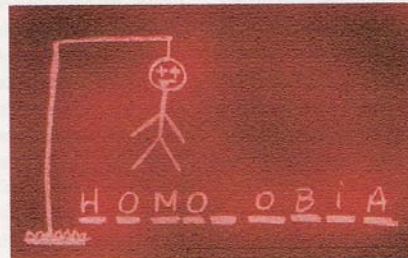
No último mês de novembro, o jovem Rodrigo Monteiro Sakavicius foi a Paranapiacaba, cidade da Grande São Paulo, para a prática do ritual de Magia Wicca (considerada como religião neopagã com propósitos de cura psíquica ou física, neutralização de negatividade e crescimento espiritual). Sem conhecer o local, ele procurou informações com Robson Gonçalves da Silva, 22, e Fabiano Maia Eleno, 21. Ambos se apresentaram como guias turísticos. Rodrigo foi levado a um local próximo de uma clareira e ali foi morto por estrangulamento e golpes de faca.

Em depoimentos, os guias alegaram que durante o percurso eles decidiram matar o rapaz em razão do jeito afeminado, das muitas frescuras, do seu desmunhecar exagerado. Enfim, Rodrigo morreu assassinado por dois rapazes homofóbicos porque era gay.

Embora o atual governo federal tenha lançado o programa "BRASIL SEM HOMOFOBIA", não há nenhum registro prático até o momento. Pelo contrário, os canais concessão-pública de televisão continuam promovendo a homofobia quando humilham os homossexuais, na luta por pontos de audiência; as santas Igrejas de fé machista continuam pregando a homofobia e condenando seus pastores e fiéis homossexuais ao inferno; as famílias exemplares continuam dando exemplo de homofobia ao reprimir, ameaçar, agredir e expulsar de casa seus filhos homossexuais às vezes menores de idade; o Poder Público continua incentivando a homofobia cada vez que um homossexual vai a uma Delegacia de Polícia registrar uma queixa e é ridicularizado. Na verdade, a nossa sociedade politicamente correta toma-se a grande cúmplice homofóbica por não contestar os direitos dos homossexuais e tolerar a impunidade dos seus agressores. Basta ver que,

enquanto a comunidade GLBT entende como "abomináveis" os crimes de ódio, portanto, passíveis de penas mais severas, foi dado parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembléia Legislativa de São Paulo ao projeto de lei 705/2003 de autoria do deputado estadual Afanásio Jazadji (PFL), que REVOGA a Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Dados recentes divulgados pela imprensa dão conta de que o Brasil já é considerado campeão mundial de assassinatos a homossexuais. Segundo dados da

Anistia Internacional, o Brasil pode ser equiparado ao Irã, ao Sudão, ao Zimbábue e ao Iraque, países que lideram os casos de homofobia mundial. Com uma diferença muito importante: embora naqueles países exista a



"Dados recentes divulgados pela imprensa dão conta de que o Brasil já é considerado como campeão mundial de assassinatos a homossexuais"

pena de morte para homossexuais, lá acontecem menos execuções do que os assassinatos de homossexuais em nosso país. O Brasil, sim, é que tem a verdadeira pena de morte para os gays.

Por isso tudo, com a finalidade de despertar uma nova consciência, fundamos o Grupo ABCD'S (AÇÃO BROTAR PELA CIDADANIA E DIVERSIDADE SEXUAL) e lançamos, no último dia 26 de novembro, o "Dia Contra a Homofobia" para que anualmente celebremos essa data como um dia sem violência nem mortes de homossexuais. ☑

Marcelo Gouveia Gil, 36 anos, é teólogo e presidente do Grupo ABCD'S – Tel.: (11) 6831-1641 ou 8234-6966 e mail: abcds_brasil2005@yahoo.com.br

ANEXO 10

PARLA G



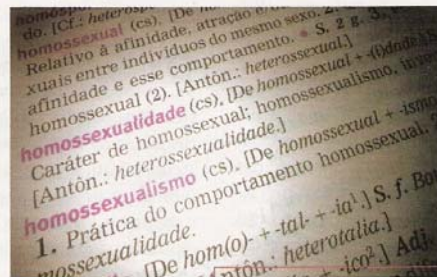
por José Zuchiwschi

Sempre fui gay

É comum, nas discussões em torno do tema da homossexualidade, surgirem questões conceituais sobre a correção, incorreção ou a propriedade da utilização de certa nomenclatura, inclusive do próprio termo “homossexualismo”. Este já está totalmente excluído do vocabulário dos ativistas dos grupos GLBT organizados, uma vez que denota patologia física ou mental e até mesmo “desvio de conduta moral”. Dessa mesma forma, a idéia de “opção sexual” parece-nos totalmente incorreta. A hipótese da possibilidade de opção por ser ou não ser homossexual é tão absurda quanto perguntarmos para um heterossexual quando ou em que momento ele (ou ela) decidiu, por livre e espontânea vontade, ser heterossexual e não, homossexual. A inversão da situação e do questionamento dá-nos a exata dimensão do absurdo que encerra. Na verdade, para os heterossexuais, essa questão nunca é formulada, enquanto ela é freqüentemente dirigida a nós, homossexuais. No entanto, a resposta comumente dada a tal questionamento pelos heterossexuais também pode ser estendida para os gays. Na verdade, nunca optei, pois sempre fui gay. Desde criança, que eu me lembre, minha “opção” sexual era clara. Aos cinco anos de idade, causei constrangimento aos meus pais ao entrar em uma loja e escolher um boneco como presente. Além de ser brinquedo caro, era boneco – para meus pais, brinquedo de menina – e isso causou grande discussão em casa. Ressalvo que estou longe de querer afirmar ser a escolha de bonecos indicio de homossexualidade. Essa é ilustração muito pessoal. Em todo o caso, estava satisfeito. O *Bambino* era meu...

A sexualidade deve, pois, ser entendida como algo anterior ao processo de identidade sexual, que só vai sendo construída com a sociabilização. Saber, sentir ou intuir a própria orientação sexual vem antes da construção e assunção da identidade sexual. Esta é construída paulatinamente, muitas vezes a ferro e fogo, no meio social e cultural, como maneira de se apresentar e se inserir no meio social.

A educação sexual nas escolas – que já traz benefícios sociais com relação à prevenção e ao combate ao abuso sexual e à prostituição infantil – torna-se especialmente importante na sociabilização das crianças a partir do entendimento de sua “sexualização”, em contraposição à forte tendência para a “dessexualização” de meninos e meninas.



“Saber, sentir ou intuir a própria orientação sexual vem antes da construção e assunção da identidade sexual.”

Isso tem sérias implicações, porque acaba por influenciar direta ou indiretamente o estabelecimento de políticas públicas com relação à educação sexual nas escolas.

A resistência em admitir que o desenvolvimento sexual da criança deve ser considerado pelo sistema educacional faz não se reconhecer também, na sociabilização das crianças, a importância do respeito à diversidade e à livre expressão sexual. Isso representa já o primeiro e talvez o mais dramático obstáculo à construção da nossa identidade homossexual. ■

José Zuchiwschi é antropólogo e professor em Brasília